

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUIZ ANTONIO OLIVEIRA FERREIRA

POLÍTICA FISCAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: A TRAJETÓRIA DAS
DESPESAS DE AMBOS OS PAÍSES ENTRE 2008 E 2023

Sorocaba
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUIZ ANTONIO OLIVEIRA FERREIRA

POLÍTICA FISCAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: A TRAJETÓRIA DAS
DESPESAS DE AMBOS OS PAÍSES ENTRE 2008 E 2023

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia
da Universidade Federal de São Carlos, *campus*
Sorocaba, para obtenção do título/grau de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof^a Dr^a Aniela Fagundes Carrara

Sorocaba
2024

Ferreira, Luiz Antonio Oliveira

Política fiscal no Brasil e nos Estados Unidos:: A trajetória das despesas de ambos os países entre 2008 e 2023 / Luiz Antonio Oliveira Ferreira -- 2024. 68f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Aniela Fagundes Carrara

Banca Examinadora: Andrea Rodrigues Ferro, Rodrigo Vilela Rodrigues

Bibliografia

1. Juros da dívida. 2. Previdência. 3. Reformas. I. Ferreira, Luiz Antonio Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR


Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

Luiz Antonio Oliveira Ferreira


**POLÍTICA FISCAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: A TRAJETÓRIA DAS
DESPESAS DE AMBOS OS PAÍSES ENTRE 2008 E 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título/grau de bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal de São Carlos.


Sorocaba, 09 de setembro de 2024

Documento assinado digitalmente
 **ANIELA FAGUNDES CARRARA**
Data: 10/09/2024 13:03:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Anielia Fagundes Carrara
Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA RODRIGUES FERRO**
Data: 11/09/2024 07:52:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andrea Rodrigues Ferro
Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO VILELA RODRIGUES**
Data: 12/09/2024 09:42:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha família, que não apenas proveu o necessário para a evolução da minha vida acadêmica, mas também me incentivou a buscá-la.

RESUMO

FERREIRA, Luiz Antonio Oliveira. *POLÍTICA FISCAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: A TRAJETÓRIA DAS DESPESAS DE AMBOS OS PAÍSES ENTRE 2008 E 2023*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

A política fiscal exerce papel de suma importância do planejamento das economias atuais. Seja na sua ampla utilização, ou na sua classificação como secundária, ferramentas como gastos governamentais e impostos são vitais para o fornecimento de bens e serviços para a população, políticas de distribuição de renda e fomento do crescimento econômico. Com isso, a política fiscal também é objeto de estudo de diversas linhas de pensamento econômico, que tentam, cada uma a sua maneira, definir a melhor forma de empregar as ferramentas fiscais disponíveis, e o grau da presença que o Estado deve possuir na economia. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo a analisar a trajetória fiscal do Brasil e dos Estados Unidos, com foco em avaliar se houve expansão ou retração dos diferentes tipos de despesas por parte do governo de ambos países entre os anos de 2008 e 2023. A escolha do período se deve ao início do impacto da crise de 2008 em ambas as economias, até o momento atual da política fiscal. Já a análise bibliográfica foi feita desde a década de 1990 para os dois países, visando uma melhor compreensão dos acontecimentos pré-crise, e as medidas tomadas após ela. Como resultado foi possível verificar para a economia brasileira tendências expansionistas nas despesas entre 2008 e 2014. A partir de 2015, em razão da adoção de medidas ortodoxas mais restritivas, ocorreu o encolhimento das despesas em prol do alcance de metas de superávit primário. Em 2023, a tendência expansionista retomou protagonismo na política econômica do país. Já nos EUA, características do papel exercido geopoliticamente pelo país se sobressaíram, como nas despesas com Segurança Pública e Defesa. As despesas em proporção do PIB para saúde e educação também superaram às brasileiras, indicando maior presença da política fiscal nos EUA do que no Brasil. No caso dos gastos com juros da dívida, devido à uma política fiscal menos restritiva que o caso brasileiro, o governo americano empregou menos recursos em proporção do PIB que o Brasil para essa finalidade.

Palavras-chave: Juros da dívida. Previdência. Reformas.

ABSTRACT

Fiscal policy plays a crucial role in the planning of contemporary economies. Whether through its extensive application or its classification as secondary, tools such as government spending and taxation are vital for the provision of goods and services to the population, income distribution policies, and the promotion of economic growth. Consequently, fiscal policy is also the subject of study in various economic schools of thought, each seeking to define, in its own way, the optimal use of available fiscal instruments and the appropriate degree of state intervention in the economy.

In this context, the present study aims to analyze the fiscal trajectory of Brazil and the United States, focusing on whether there was an expansion or contraction in different types of government expenditures in both countries between 2008 and 2023. The choice of this period is justified by the onset of the 2008 financial crisis's impact on both economies and extends to the current state of fiscal policy. Additionally, a bibliographic analysis was conducted starting from the 1990s for both countries to achieve a better understanding of the pre-crisis events and the measures adopted in its aftermath.

As a result, the study identified expansionary spending trends in the Brazilian economy between 2008 and 2014. From 2015 onward, due to the adoption of more restrictive orthodox measures, spending contracted in favor of achieving primary surplus targets. By 2023, expansionary trends had regained prominence in the country's economic policy. In the U.S., geopolitical factors played a significant role, as seen in expenditures on Public Security and Defense. In terms of spending as a proportion of GDP on health and education, the U.S. exceeded Brazil, indicating a greater presence of fiscal policy in the U.S. compared to Brazil. Regarding interest payments on public debt, due to a less restrictive fiscal policy than that of Brazil, the U.S. government allocated fewer resources as a proportion of GDP to this purpose than Brazil.

Keywords: Public debt interest. Social Security. Reforms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curva de oferta e demanda com crowding out.....	17
Figura 2 - Curva IS em quatro quadrantes	21
Figura 3 - Curva IS inelástica	22
Figura 4 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) - Governo Federal e Banco Central (R\$ milhões)	30
Figura 5 - Gastos militares dos EUA (US\$ bilhões).....	36
Figura 6 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no Brasil	45
Figura 7 - Despesas com o benefício previdenciário no Brasil	47
Figura 8 - Despesas com função Saúde no Brasil.....	48
Figura 9 - Despesas governamentais com Educação e FUNDEB no Brasil.....	49
Figura 10 - Despesas com Segurança Pública e Defesa no Brasil.....	51
Figura 11 - Despesa com Serviço da Dívida no Brasil	52
Figura 12 - Despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro no Brasil	53
Figura 13 - Despesas com a Previdência nos EUA.....	55
Figura 14 - Despesas com Saúde nos EUA	56
Figura 15 - Despesas com Educação nos EUA.....	57
Figura 16 - Despesas com Segurança Pública e Defesa nos EUA.....	58
Figura 17 - Despesas com Serviço da Dívida	59
Figura 18 - Despesas com Subsídios nos EUA.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis utilizadas	43
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: OS DIFERENTES ENTENDIMENTOS SOBRE POLÍTICA FISCAL.....	13
2.1 Objetivos da política fiscal	13
2.2 Instrumentos e Regras	14
2.3 Visão clássica sobre a política fiscal	16
2.4 Visão keynesiana sobre política fiscal	17
2.5 Visão da síntese neoclássica sobre política fiscal	19
2.6 Visão monetarista e novo clássica sobre a política fiscal.....	22
3- RETROSPECTO FISCAL: BRASIL E ESTADOS UNIDOS	26
3.1 O contexto fiscal no Brasil	26
3.2 O contexto fiscal nos Estados Unidos	34
4. METODOLOGIA E DADOS	42
4.1 Metodologia.....	42
4.2 Dados utilizados	42
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	45
5.1 Trajetória de despesas no Brasil.....	45
5.1.1 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	45
5.1.2 Despesas com a Previdência.....	46
5.1.3 Despesas com Saúde.....	48
5.1.4 Despesas com Educação.....	49
5.1.5 Despesas com Segurança Pública e Defesa.....	50
5.1.6 Despesas com Serviço da Dívida	51
5.1.7 Despesas com Subsídios.....	52
5.2 Trajetória de despesas nos EUA.....	54
5.2.1 Despesas com a Previdência.....	54
5.2.2 Despesas com Saúde.....	55
5.2.3 Despesas com Educação.....	56
5.2.4 Despesas com Segurança Pública e Defesa.....	57
5.2.5 Despesas com Serviço da Dívida	58
5.2.6 Despesas com Subsídios.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

A condução da política fiscal é de suma importância para o desenvolvimento de uma economia, como é apontado pela nova diretriz do FMI (2023). Esse tipo de política consiste na utilização de recursos por parte do governo de determinado país, visando a contração ou expansão da economia, utilizando-se a manipulação de despesas governamentais e tributos para alcançar esses objetivos. Além disso, a política fiscal também possui a função de fornecer bens públicos, distribuir renda e estabilizar o emprego, como é dito em Giambiagi e Além (2011).

Com as discussões do teto de gastos em 2016, e a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal no Brasil em 2023, o tema fiscal ganhou grande proporção no debate econômico brasileiro, o que fez com que debates fossem retomados acerca da necessidade de utilização de regras fiscais, e do caráter ideal, contracionista ou expansionista, a ser utilizado pelos condutores de política fiscal (Argum, 2024).

Já nos Estados Unidos (EUA), o tema fiscal também possui relevância no debate econômico do país, principalmente à luz do ano eleitoral de 2024, e considerando as alterações no cenário econômico americano após a pandemia em 2020 (Shkliarevsky, 2023).

A partir desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória fiscal do Brasil e dos Estados Unidos, com foco em avaliar se houve expansão ou retração dos diferentes tipos de despesas por parte do governo de ambos países. Já como objetivos específicos pretende-se utilizar dados de despesas dos dois países, amparando-os em suas linhas teóricas e histórica econômica, comparando a alocação de recursos em cada área. A hipótese inicial do trabalho é que as despesas públicas de ambos os países possuem mais similaridades do que divergências.

Como forma de contemplar o objetivo proposto, a metodologia utilizada será a de análise bibliográfica das principais teorias da política fiscal internacional, seguida da trajetória fiscal brasileira e americana, juntamente com a análise dos dados de despesas federais disponibilizados pelo Tesouro Nacional (2024) no Brasil e pelo *Bureau of Economic Analysis* (2023), *Congressional Budget Office* (2024) e *Federal Reserve Bank of ST. Louis* (FRED) em 2024.

Assim, o presente trabalho está estruturado em mais cinco capítulos além da presente introdução, sendo que no segundo capítulo será feita uma revisão teórica sobre política fiscal, no terceiro capítulo será apresentada uma contextualização do histórico da política fiscal no Brasil e nos Estados Unidos. Já o quarto capítulo tratará da metodologia e dados utilizados e o

quinto apresenta os resultados e discussões. Por fim, o último capítulo expõe as principais conclusões do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: OS DIFERENTES ENTENDIMENTOS SOBRE POLÍTICA FISCAL

No presente capítulo, serão apresentados os objetivos gerais de uma política fiscal, a classificação de gastos sociais, bem como os distintos entendimentos sobre a política fiscal pela ótica das diferentes escolas de pensamento.

2.1 Objetivos da política fiscal

Com o aumento dos debates acerca do funcionamento e utilidade da política fiscal no Brasil e nas principais economias capitalistas, torna-se necessário, antes de apresentar o enfoque teórico, entender os objetivos em relação à utilização desse tipo de política. De acordo com Giambiagi e Além (2011), os governos utilizam a política fiscal com três finalidades. São elas: 1) fornecer bens públicos para a população; 2) ajustar a distribuição de renda no país; e 3) estabilizar o emprego e promover um crescimento sustentável da economia.

De acordo com Rosen (2005) *apud* Maciel (2013), o fornecimento de bens públicos ocorre para contornar as cinco falhas de mercado existentes, que são: (i) falha na competição, que se baseia na assimetria de bens e serviços entre os competidores, e tende a resultar na acumulação de mercado; (ii) o estado não prover bens públicos à população para não gerar rivalidade com os bens privados, mas o meio privado não supre a necessidade da população; (iii) os recursos destinados não serem suficiente, em razão das ações de uma externalidade negativa; (iv) mercados não conseguirem oferecer bens e serviços, devido à sociedade não conseguir absorvê-los; (v) sistema de informações ser imperfeita, ou seja, quem detém a informação sobre algum processo tirar vantagem da mesma, e cobrar alto preço para outros produtores, culminando na concentração de mercado.

No que diz respeito ao ajuste na distribuição de renda ocorre quando a divisão da renda proveniente da venda dos fatores de produção (capital, terra e trabalho) não são as ideais no país. A partir disso, o governo intervém na economia manipulando os instrumentos transferências do governo, tais como impostos e subsídios. As estratégias variam, no entanto, majoritariamente, as medidas tomadas terão como finalidade repassar a renda da parte mais concentrada, para a menos concentrada (Giambiagi e Além, 2011).

De acordo com Giambiagi e Além (2011), a estabilização do emprego decorre da teoria keynesiana do equilíbrio no mercado de trabalho, que rejeitou a ideia de que o mercado autoajustava o pleno emprego da economia. Na ideia de Keynes, o equilíbrio do mercado de

trabalho dependia de sua demanda. Ou seja, as empresas só estariam dispostas a empregar mais trabalhadores, caso a demanda por produtos aumentasse. Segundo Maciel (2013), nos casos de desestabilidade de emprego, o governo pode intervir na economia tanto via estímulos econômicos, ou no fomento de programas como o seguro-desemprego.

Em relação ao crescimento econômico sustentável, segundo Giambiagi e Além (2011), a política fiscal pode ser executada com a finalidade de reestabelecer a normalidade em cenários nos quais variáveis como inflação e desemprego estejam desajustadas, e assim, aumentar ou diminuir a renda da economia. Para garantir a sustentabilidade da economia, os formuladores de política fiscal avaliam os indicadores econômicos disponíveis, como taxa de desemprego e inflação, e tomam decisões do uso em maior ou menor grau dos instrumentos de política fiscal em prol de uma aceleração ou desaceleração econômica (Blanchard, 2017).

Na próxima seção, serão apresentados os instrumentos e regras de política fiscal disponíveis, e com qual finalidade eles são utilizados.

2.2 Instrumentos e Regras

Ao passo que o Banco Central consegue influenciar a economia por meio da política monetária, o governo impacta o Produto Interno Bruto (PIB) do país influenciando direta ou indiretamente os elementos expostos na equação (1) por meio da política fiscal (FMI, 2023):

$$PIB = C + I + G + (X - M) \quad (1)$$

Sendo que o PIB corresponde a soma de todos os produtos e serviços produzidos pela economia, enquanto a parte direita da equação (composta pela variável C que representa o consumo, I o investimento, G os gastos do governo e $X-M$ a subtração entre as exportações e importações do país), remete à toda demanda da economia.

Ao analisar as variáveis do lado da demanda, expostas na equação 1, é possível verificar que o governo tem o poder de intervir em todas elas. A primeira delas é, de fato, os gastos do governo, no qual ao aumentar os gastos, ele provoca um efeito expansionista no PIB. Quando o inverso ocorre, o efeito é chamado contracionista. As outras variáveis são impactadas não apenas pelos gastos do governo, que englobam bens e serviços que o governo adquire, mas também pelas transferências governamentais (juros da dívida pública, previdência social e outros), e pela decisão de tributação (Blanchard, 2017).

A tributação tem papel inverso ao dos gastos do governo. Caso o governo tenha a necessidade de frear a economia, um aumento da tributação reduzirá a renda da população, e

assim, diminuirá o consumo. Caso o intuito seja obter um efeito contrário, basta que o governo reduza a tributação na economia (FMI, 2023).

Em situação de déficits orçamentários, o tesouro do país em questão também pode recorrer à emissão de títulos da dívida pública. O valor arrecadado se torna uma receita a ser utilizada no presente pelo governo, mas traz consigo uma despesa futura referente ao pagamento de juros aos compradores desses títulos (Assaf, 2015).

Assim, os principais instrumentos de política fiscal são os gastos governamentais e a tributação, que também é complementada pela emissão de títulos públicos, que como visto acima, serão utilizados pelo governo com o objetivo de guiar a economia para o caminho desejado, por meio da gestão de suas receitas e despesas. Contudo, os instrumentos terão sua atividade delimitada pelas regras fiscais que são impostas aos formuladores de política fiscal.

Em relação as regras fiscais, elas são definidas como uma restrição numérica dos agregados orçamentários, que nada mais são do que receitas, despesas, dívidas e outros, e que devem perdurar por um longo tempo. Por ser uma regra que visa um impacto no longo prazo da economia, infere-se que a mesma não deve ser alterada com frequência (Lledó et al., 2017).

De acordo com Horta (2017), as regras fiscais também são utilizadas com a finalidade de frear o caráter deficitário oriundo da competição política, na qual a dívida pública se torna instrumento de influência entre grupos políticos divergentes. Assim, o tema também é importante para discussões da economia do setor público.

Segundo Kumar et. al (2009), as regras que restringem a política fiscal podem ser formuladas da seguinte maneira: (i) Regra orçamentária, que limita o orçamento do ente estatal com o intuito de controlar a razão dívida-PIB do país; (ii) Regra de dívida, que limita o máximo que a dívida do ente estatal pode alcançar, em porcentagem do PIB; (iii) Regra de despesa, que pode ser definida com diferentes bases, como número absoluto ou em porcentagem de crescimento, e tem como objetivo a fiscalização da saúde fiscal econômica, ao servir de complemento para os dados de dívida ou orçamentários da economia; e (iv) Regra de receita, que define um piso ou teto na receita da economia, visando aumentar a receita ou diminuir a arrecadação em meio a uma diminuição de impostos.

Juntamente as distintas formas de se compreender a economia, interpretações divergentes a respeito da necessidade e da melhor forma de utilizar os instrumentos e regras fiscais também foram desenvolvidas, impactando a alocação de despesas em funções sociais, como saúde e educação. A partir da próxima seção, serão abordados os distintos entendimentos das principais linhas de pensamento da economia, a respeito da política fiscal.

2.3 Visão clássica sobre a política fiscal

Com a proeminência dos fisiocratas no século XVIII, a ideia de que a economia estava sujeita a interferência de aspectos independentes das ações humanas se intensificaram. Dessa maneira, a teoria fisiocrata francesa se espalhou pelo Reino-Unido e contribuiu para as visões dos economistas liberais clássicos, sendo eles Adam Smith e David Ricardo (Arienti 1987).

De acordo com Arienti (1987), Adam Smith defendia que o Estado possuía funções para as quais o setor capitalista não deveria se envolver, como a defesa do país, educação e outros. Por outro lado, o autor acreditava que em aspectos de produção, o meio capitalista possuía condições de comandar o processo de forma mais eficiente que o Estado, e portanto, a intervenção estatal na produção não seria necessária.

Smith acreditava que a sociedade só se entraria em harmonia, a medida em que os interesses individuais e os interesses sociais fossem equilibrados pela ação de uma “mão invisível” (Oliveira e Strassburg, 2013).

David Ricardo também enxergava a necessidade do Estado se manter afastado das questões econômicas, defendendo não uma restrição por completo do aparato estatal, mas a independência da classe capitalista em relação à sua atuação e processo de acumulação de capital (Oliveira e Strassburg, 2013).

Segundo Froyen (1999), a política fiscal é o orçamento público, que se baseia nos pilares de gastos do governo e tributação. Em relação aos gastos do governo, os clássicos assumiam três formas de se captar recursos, sendo eles tributação, venda de títulos públicos e o financiamento via emissão monetária (alterava o nível de preços, e portanto, não deveria ser utilizada).

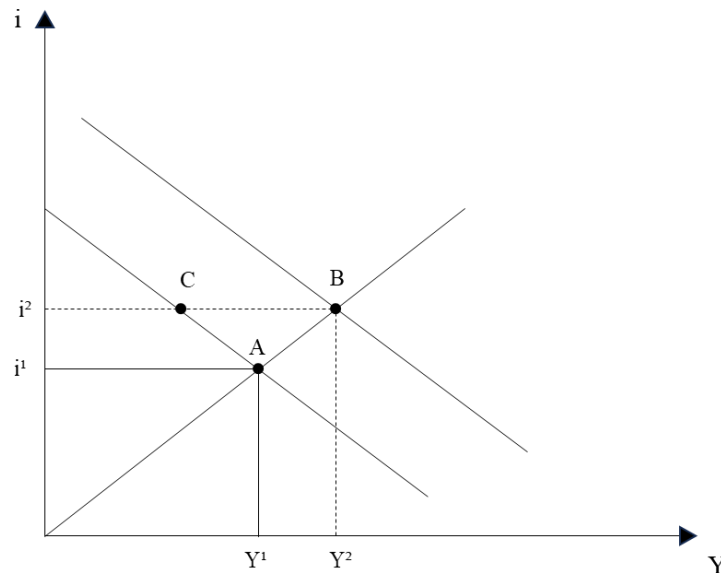
Ainda conforme Froyen (1999) ao analisar o financiamento dos gastos do governo apenas pela emissão de títulos públicos, há inicialmente a relação de equilíbrio, em que os gastos do governo (G) se equivaleriam à receita vinda pelos títulos públicos (t), conforme equação 2:

$$G - t = 0 \quad (2)$$

Levando em consideração a **Figura 1 - Curva de oferta e demanda com crowding out**, caso os gastos do governo se elevassem, a demanda estatal pela emissão de títulos públicos aumentaria, fazendo com que a taxa de juros dos títulos ficasse cada vez maior, deslocando a curva de oferta para a direita, movendo o equilíbrio entre oferta e demanda do ponto A para B. Desse modo, o aumento da taxa de juros geraria uma diminuição do investimento privado na economia, alterando o ponto de equilíbrio de B para C (*crowding-out*). Caso o governo optasse pela

emissão monetária, um efeito inflacionário será materializado na economia, logo, deve ser evitado pelos governantes (Froyen 1999).

Figura 1 -Curva de oferta e demanda com crowding out



Fonte: Elaboração própria.

Segundo Oliveira e Lopreato (2021), os clássicos apontavam que o maior perigo acerca da tributação, era uma possível distorção na alocação de recursos por parte da população. A utilização da tributação nas economias mercantilistas era vista pelos clássicos como uma forma de impedir o crescimento econômico de um país.

Ainda sobre a tributação, Froyen (1999) aponta que na visão clássica, o corte de impostos não teria nenhum efeito independente na demanda, pois os efeitos produzidos pelas formas de captação de recursos, discutidas anteriormente, levariam a anulação de um potencial efeito em razão do corte tributário. Contudo, o autor aponta que caso a redução de impostos seja feita, por exemplo, via redução na alíquota do imposto de renda, a mudança incentivaria o aumento da oferta de emprego na economia.

Assim, é possível constatar que os economistas clássicos davam pouco destaque para a política fiscal, que em sua visão, tinha papel secundário na economia, pelo fato de não conseguir estimular a demanda agregada por meio de sua expansão de despesas.

2.4 Visão keynesiana sobre política fiscal

Surgida na Grã-Bretanha na década de 1930, a teoria macroeconômica keynesiana é apresentada por John Maynard Keynes em sua obra Teoria geral do emprego, do juro e da

moeda publicada em 1936, e influenciou fortemente as discussões econômicas, sobretudo em relação ao papel do Estado na economia, da época (Toschi e Cardoso, 2022).

De acordo com Froyen (1999), Keynes afirmava que o desemprego vivido pela Grã-Bretanha e outras economias na época, eram fruto do desequilíbrio da demanda agregada, e diferentemente dos economistas clássicos, conferia ao Estado juntamente com sua política fiscal, um papel fundamental no equilíbrio da demanda agregada, e conseqüentemente, na resolução do desemprego e direcionamento da economia ao pleno-emprego.

Segundo Carvalho (2009), o modelo keynesiano defende a existência de um desemprego involuntário, ou seja, que faz com que o trabalhador fique desempregado contra a sua vontade. Esse tipo de desemprego ocorre devido ao fato de que a economia empresarial se adequa às expectativas de demanda agregada. Caso sua expectativa seja de uma redução de demanda agregada, a economia empresarial prontamente reduz sua produção, utilizando a promoção do desemprego e a busca por ativos mais líquidos (como a moeda) como caminho para tal. O inverso também é válido.

Mesmo afirmando que a política monetária tende a ter efeitos maiores nas decisões dos agentes econômicos em razão de manipular a taxa de juros da economia, Keynes defendia que um aumento dos gastos do governo e uma maior tributação dos agentes privados tinha a capacidade de alterar a demanda agregada (Carvalho, 2009).

Assim, a expansão dos gastos do governo com obras públicas e outros, geraria um aumento da demanda por trabalhadores, que ao serem empregados, passariam por um aumento de renda. Por sua vez, essa parcela da população que agora estaria empregada e com renda maior, passaria a consumir mais, o que fomentaria emprego e consumo em outros setores da economia, ainda que em menor escala. Ou seja, um estímulo governamental em um setor da economia geraria efeitos, seja eles diretos ou indiretos, nos demais setores da economia (Froyen 1999).

Tal efeito ficou conhecido como “efeito multiplicador”, e ao se considerar o caráter proporcional à renda por parte dos modelos tributários adotados por diversas economias do globo, é possível constatar que a arrecadação com tributação também se eleva. Para financiar essa expansão de gastos, o governo deve emitir títulos de curto prazo, pois assim não afetará a taxa de juros dos títulos, e ao passo que absorve parte da reserva de liquidez do meio privado, não incentiva a economia privada a afastar seu capital do investimento produtivo. Além disso, Keynes defendia que, nesse momento, não deveria ocorrer elevação da carga tributária visando o financiamento da expansão de gastos, pois caso ocorresse, a redução da renda provocada pelo

aumento dos impostos impediria que o aumento dos gastos governamentais gerasse efeitos na economia (Carvalho, 2009).

De acordo com Hermann (2006), o efeito multiplicador keynesiano possui um efeito de longa duração, contudo, ele não é infinito. Isso ocorre pelo fato de que os estímulos conferidos à economia são cada vez menores, até o momento em que o estímulo se reduz a zero. A autora também destaca que o efeito do multiplicador keynesiano é mais forte em situações em que a economia do país é pouco desenvolvida e apresenta forte concentração de renda.

Carvalho (2009) argumenta que diferentemente do que normalmente se é atribuído à teoria keynesiana, ela não é defensora da expansão do déficit público, mas sim dos gastos do governo. A teoria aponta que com o aumento da renda, há um aumento da poupança que deve ser absorvido pelo aumento da tributação. No entanto, caso a tributação não seja suficiente, o governo poderá, nesse momento, emitir títulos de longo prazo para suprir essa falta de absorção, e desse modo, o governo conseguirá saldar seu saldo devedor do curto prazo.

A teoria keynesiana não era defensora de uma política fiscal baseada em déficit, mas recomendava a utilização da mesma em casos de recessão econômica, quando o governo não é capaz de captar recursos para financiar seus investimentos Hermann (2006).

De forma geral, com as exposições feitas acima, tem-se que enquanto os economistas clássicos viam as intervenções do governo na economia, e em especial no âmbito fiscal, sejam elas expansionistas ou contracionistas, como negativas para o funcionamento natural dela, o pensamento keynesiano apontava que a política fiscal detinha o poder de reequilibrar a economia em momentos de falta de investimento do setor privado.

2.5 Visão da síntese neoclássica sobre a utilização das despesas

Após as propostas keynesianas, um grupo de economistas conhecidos como neoclássicos ou velhos-keynesianos trouxeram propostas divergentes das defendidas pela escola keynesiana. Um forte ponto de mudança trazido pela síntese neoclássica foi que na visão desses economistas, a política monetária teria capacidade reduzida em interferir nas variáveis reais da economia. Segundo esses economistas, a política fiscal seria a política ideal para impactar essas variáveis (Carvalho et al. 2003).

Nesse ponto, se faz necessário apresentar o modelo de Hicks-Hansen, popularmente conhecido como modelo IS-LM, que se tornou o modelo central para o estudo da teoria macroeconômica após unir aspectos da teoria Keynesiana com parte da teoria clássica. Sua importância também se deu na formulação de políticas públicas de países até a década de 1960 (Siqueira, 2015).

De acordo com Carvalho et.al (2003), a curva IS representa o equilíbrio no mercado de bens, que é constituído pela relação entre renda (Y) e a taxa de juros (i). A partir das variáveis, e considerando um modelo de economia fechada (sem considerar importações ou exportações), é possível formar a equação 3, que se refere à renda pelo lado da oferta:

$$Y = C + I(i) + G \quad (3)$$

O consumo (C) é o montante da renda (Y) subtraído do valor destinado a poupança (S) e ao pagamento de tributação (T), como indicado na equação 4:

$$C = Y - S - T(Y) \quad (4)$$

Ao substituir 3 em 4, é possível escrever a equação 5:

$$Y = Y - S - T(Y) + G + I(i) \quad (5)$$

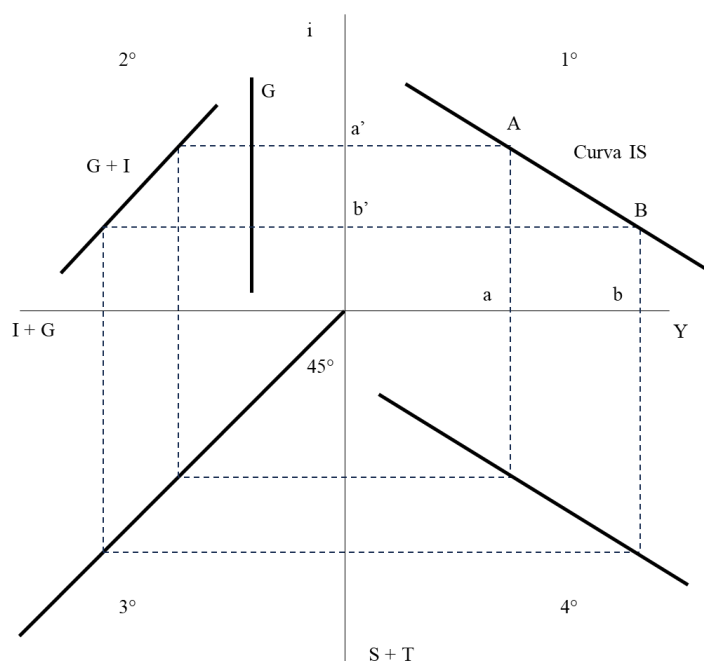
Carvalho et al. (2003) também sugere que a condição de equilíbrio pode ser reescrita utilizando I , S , G e T (Equação 6):

$$S + T(Y) = I(i) + G \quad (6)$$

Assim, é possível concluir que a oferta de bens e serviços equivale à demanda quando a poupança considerando a tributação e o investimento acrescido dos gastos governamentais, são iguais (Carvalho et al. 2003).

Na **Figura 2 -Curva IS em quatro quadrantes** abaixo, tem-se a curva IS de quatro quadrantes no sentido anti-horário. No 2º quadrante há a relação entre investimento privado e a taxa de juros. No 3º quadrante, que possui posicionamento invertido, há a relação entre investimento privado e poupança somada a tributação. O 4º quadrante, também invertido, é a relação entre renda e poupança somada a tributação. Por fim, no primeiro quadrante há a curva IS, que é a relação entre taxa de juros e renda.

Figura 2 -Curva IS em quatro quadrantes



Fonte: Carvalho et al. 2003.

O equilíbrio do lado da demanda, segundo Blanchard (2017), possui um montante de moeda que os agentes desejam manter consigo (M^d), e ela representa a soma de toda a demanda de moeda na economia, sendo dependente da taxa de juros (i) e do nível de transações da economia. É possível estabelecer a equação 7 sendo a relação entre demanda por moeda, renda nominal ($\$Y$) e a função da taxa de juros [$L(i)$] como:

$$M^d = \$Y * L(i) \quad (7)$$

Nessa equação, a função da taxa de juros tem efeito negativo sobre a demanda por moeda, ou seja, quanto maior a taxa de juros, menor será a demanda dos agentes pela moeda. A divisão da renda nominal (M) pelo nível de preços (P) equivale a renda real (Y). Com a divisão de ambos os lados da equação pelo nível de preços (P), temos a equação 8:

$$\frac{M}{P} = Y * L(i) \quad (8)$$

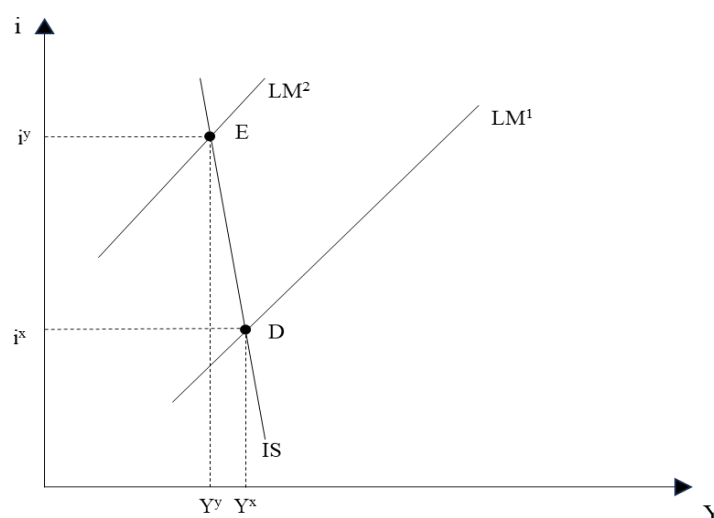
Desse modo, é possível definir que a oferta real de moeda equivale a demanda real por moeda, com ambas dependendo da renda real da economia (Y) e da taxa de juros (i) (Blanchard, 2017).

Se ao derivar a curva IS com economia fechada havia as variáveis gastos do governo e tributação, é possível relacionar a utilização da política fiscal nas alterações da curva, na qual uma política expansionista resultará num maior produto de equilíbrio, ao passo que políticas contracionistas reduzirão o produto de equilíbrio. Já a derivação da curva LM tratará de

variáveis como estoque de moeda e taxa de juros, variáveis essas relacionadas à política monetária, e fora do foco da presente análise (Blanchard 2017).

Em relação ao poder conferido pelos autores neoclássicos à política fiscal, o mesmo ocorre devido ao fato de que a política monetária só é eficaz em situações nas quais a curva IS, que representa a política fiscal, é pouco inclinada. Contudo, na visão dos velhos-keynesianos, a curva IS tem um caráter mais vertical, ou seja, inelástica. Assim, em cenários de aumento ou diminuição da taxa de juros, a renda seria minimamente alterada, como é demonstrado na **Figura 3 - Curva IS inelástica**, na qual o aumento de juros de i^x para i^y muda o equilíbrio da IS do ponto D para o ponto E, o que não representa uma grande mudança na renda. Em compensação, o efeito de políticas fiscais como aumento dos gastos governamentais ou redução da tributação, acabariam por ter um efeito maior, devido ao fato de impactarem diretamente a renda da economia, conforme a visão de tal grupo de pensamento (Carvalho et al. 2003).

Figura 3 - Curva IS inelástica



Fonte: Carvalho et al. 2003.

2.6 Visão monetarista e novo clássica sobre a política fiscal

A década de 1970 trouxe consigo um movimento marcado por baixo crescimento econômico e inflação acelerada para diversas economias capitalistas. Com isso, cada vez mais as teorias keynesiana e neoclássica enfrentavam resistência de outros movimentos. Com o intuito de prover respostas para a situação econômica da época, os monetaristas, representados nesse tópico por Milton Friedman, buscaram conferir importância à política monetária na estabilização de preços, em detrimento da política fiscal (Alves, Rodrigues e Junior, 2023).

De acordo com Lopreato (2013), Friedman ao final da década de 1950 defendeu a utilização da política fiscal como meio necessário para a estabilidade econômica. Essa utilização se baseava na regulamentação do sistema bancário, expansão dos gastos do governo, alterações no sistema tributário e políticas de transferência de renda por parte do Estado. No entanto, tal autor descartava a utilização de políticas fiscais discricionárias para alterar a demanda agregada, pois acreditava que havia um *delay* até que esse tipo de política surtisse efeito na economia. Desse modo, uma possível política fiscal expansionista cuja finalidade fosse sanar desequilíbrios no presente, não resolveria os problemas encontrados, e intensificaria os desequilíbrios inflacionários.

Friedman mudou seu posicionamento nas décadas seguintes, afirmando que não acreditava no poder da política fiscal em realizar mudanças até mesmo no curto prazo, além de que considerava equivocada a visão keynesiana de que o déficit governamental estimulava o crescimento econômico, apontando que o efeito negativo vindo do financiamento do déficit, que é a inflação, eliminaria possíveis ganhos. Além disso, tal autor defendia que uma política expansionista ou contracionista não alteraria as variáveis reais da economia, sem a ajuda do controle da oferta monetária, e quando sozinha, seria vista como uma promotora de desequilíbrio de preços (Lopreato 2013).

A principal crítica monetarista ao modelo keynesiano, é que a renda nominal e os preços seriam na verdade funções da oferta de moeda, e não da demanda agregada. Desse modo, a efetividade da política fiscal em alterar alguma das variáveis citadas previamente, só aconteceria caso fosse acompanhada de variações na oferta monetária. Caso o governo promovesse uma expansão de gastos desacompanhada de uma expansão na quantidade de moeda ofertada, o efeito seria compensado pela transferência de fundos privados para os públicos, e pelo *crowding out* decorrente do aumento da taxa de juros dos títulos vindo do aumento da demanda por crédito (Macedo, 2023).

Outra crítica monetarista, é a de que os keynesianos desconsideravam a ação dos agentes privados na reação das alterações da política fiscal, defendendo que independente do governo aumentar ou diminuir seus gastos ou a carga de impostos, o investimento privado traria a economia ao seu equilíbrio prévio, seja aumentando ou reduzindo seu investimento produtivo ou financeiro (Lopreato 2013).

Já no que tange a teoria novo clássica, que surgiu na década de 1970, com a missão de solucionar um tipo de problema que assolava diversas economias da época, que era a existência de inflação com estagnação. A pressuposição de um *trade-off* permanente entre desemprego e

inflação seria representada pelo que ficou conhecido como Curva de Phillips, cuja relevância permanece nos debates econômicos até o período atual (Moretti e Lélis, 2007).

Além das relações entre emprego e níveis de preços, Lopreato (2006) afirma que outra inovação teórica veio com a *crítica de Lucas*, na qual o autor novo-clássico combateu a ideia por trás da síntese neoclássica keynesiana de que o comportamento das pessoas não era alterado em meio a alterações na política econômica.

Segundo Moretti e Lélis (2007), os novos clássicos também acreditavam que a teoria de formação de expectativas dos monetaristas não era robusta, e assim propuseram a hipótese de expectativas racionais (HER), divididas entre fraca e forte. Na hipótese HER fraca, os agentes econômicos racionais utilizarão todas as informações disponíveis sobre a variável estudada para tentar prever seu valor futuro, e essa previsão não seria função apenas dos valores que a variável atingiu previamente. Já a HER forte se baseava numa combinação entre HER fraca e a coincidência entre expectativas subjetivas e condicionais.

A partir disso, a condução da política fiscal, segundo a visão novo clássica, deveria ser feita visando a previsibilidade dos agentes, ou seja, uma política fiscal que buscasse a estabilidade de preços deveria ser não apenas anunciada, mas também seguida completamente, de modo a trazer previsibilidade aos agentes. Em situações nas quais as autoridades econômicas se desviassem do plano anunciado, as expectativas dos agentes econômicos seriam alteradas, já que são formadas racionalmente, levando em consideração a queda na credibilidade, o que aumentaria a dificuldade no alcance das novas metas (Lopreato 2006).

Além da questão das expectativas, Abreu (2017) aponta que outra contribuição do pensamento novo clássico foi a visão de que a expansão fiscal gera uma redução do consumo atrelada a queda do salário real. A partir disso, os agentes passam a reduzir suas horas trabalhadas, visto a queda no rendimento real do trabalho.

Já em relação ao orçamento do governo, o pensamento novo-clássico entende que este é necessário para a manutenção do equilíbrio da economia. E a ocorrência de déficits orçamentários reduziria a credibilidade da política fiscal do governo, e levaria o mercado a se adaptar à nova condição, via aumento de preços (Lopreato 2006).

Assim, tendo abordado a visão dos diferentes pensamentos econômicos sobre a função e formas de utilizar as despesas governamentais, tem-se então uma boa base teórica para a investigação sobre a política fiscal executada pelo Brasil e Estados Unidos, que será exposta no próximo capítulo.

A base teórica permite o melhor entendimento de não apenas dos objetivos que eram buscados com a adoção de determinada política, mas também dos fundamentos por trás das

ideias, assim como posicionamentos políticos que se refletiam na condução da política econômica e, conseqüentemente, alteravam as pastas que seriam prioritárias para os governos.

3- RETROSPECTO FISCAL: BRASIL E ESTADOS UNIDOS

No presente capítulo serão apresentadas as políticas fiscais implementadas pelo Brasil e pelos Estados Unidos, no período que compreende desde a década de 1990 até o início da segunda década dos anos 2000.

A comparação entre Brasil e EUA no campo fiscal, decorre de outros trabalhos nos quais ambos países foram objetos de análise, como em Moura (2003), no qual as finanças públicas de ambos países são comparadas, e entre elas, as despesas públicas, que é também objeto de análise do presente trabalho.

O intuito de utilizar esse período para análise, decorre do fato de que políticas determinadas na antes dos anos 2000, como por exemplo a implantação do Plano Real no Brasil, acabaram por influenciar as medidas fiscais utilizadas após 2008. Assim, partir dos anos 1990 proporcionará um panorama de como estes dois países tem direcionado suas políticas fiscais, os resultados que têm obtido, bem como as eventuais mudanças de perspectivas fiscais que foram levados a implementar a depender das mudanças no contexto econômico.

3.1 Do liberalismo ao keynesianismo: o contexto fiscal no Brasil

É importante lembrar que antes da implantação do Real, o país passou pela implementação de diversos planos visando reduzir os altíssimos níveis inflacionários que estavam presentes no Brasil desde a década de 1980 (Gentil, 2006).

Gentil (2006) ressalta que para o Plano Real funcionar foi necessária uma fixação da taxa de câmbio entre o real, a nova moeda criada, e o dólar americano, na inicial proporção de um para um. E para o funcionamento dessa âncora cambial, era vital para as autoridades da época, que houvesse a abertura comercial do mercado brasileiro. A economia brasileira que até então protegia mais o setor produtivo nacional, passou a abrir espaço para a concorrência internacional, o que resultou num maior desafio em relação ao saldo comercial brasileiro, e fez necessárias políticas que impulsionassem o fluxo de capitais estrangeiros para o país, justamente para colaborar com a manutenção da paridade estabelecida.

De acordo com Ramos (2001), quando o processo de implementação do Plano Real se iniciou, os formuladores de política econômica já estavam certos de que a queda da inflação traria à tona desequilíbrios fiscais, sobretudo das contas primárias, que poderiam dificultar a implementação do plano estabilizante, caso continuassem a existir. Assim, a autora aponta que havia dois tipos de política fiscal adotadas no período, sendo elas as de curto alcance, focadas em solucionar os problemas mais urgentes enfrentados pelas contas públicas, como a alta despesa com o funcionalismo público, e os focados em ajustes estruturais, mirando o longo

prazo, como no caso da reforma da previdência. Enquanto as medidas de efeito rápido eram necessárias para a melhora de indicadores econômicos, as reformas estruturantes garantiriam a saúde fiscal no longo prazo.

As medidas fiscais implantadas junto à mudança da moeda foram a ampliação dos programas de desestatização, reforma administrativa para reduzir a despesa com funcionários públicos, reforma previdenciária, e a criação de um fundo com a finalidade de desvincular receitas orçamentárias para solucionar pressões existentes sem gerar inflação. O fundo foi nomeado como Fundo Social de Emergência (FSE), e posteriormente se tornou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A estrutura tributária também foi alterada com a finalidade de aumentar a arrecadação, com a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (Ramos, 2001).

Não obstante, a utilização da política monetária no período como suporte à ancora cambial gerou sérias consequências no campo da política fiscal. São elas i) o acontecimento de déficits comerciais e em transações correntes, de grande magnitude; e ii) um maior aperto aplicado nas contas financeiras do setor público. Já a combinação das políticas implementadas nos campos cambiais, fiscais e monetários, foi o aumento da dependência do país com o setor financeiro estrangeiro, e a deterioração das contas públicas (Gentil, 2006).

Lopreato (2007) aponta que entre 1994-1998, o Brasil também focou em renegociar dívidas dos estados e municípios da federação, além de promover as reformas tributária e previdenciária, e realizar privatizações de certas empresas estatais com o intuito de obter receitas extraordinárias.

No caso da reforma previdenciária, o governo alegou que a combinação de fatores como a desaceleração da taxa de natalidade, aumento da expectativa de vida, regras frágeis para o acesso ao benefício, altos custos administrativos e o déficit da previdência dos militares, eram motivos para que a reforma ocorresse (Gentil, 2006). Nakahodo e Savoia (2008) argumentam que a principal mudança na previdência em 1998, foi tornar a obtenção da aposentadoria mais criteriosa, a introdução do fator previdenciário na base de cálculo, e a instauração de um período mínimo de contribuição. O funcionalismo público também foi alvo da reforma, tendo sofrido aumento da alíquota de contribuição.

O final da década de 1990 foi marcado pelas crises asiática e russa. A crise asiática atingiu predominantemente Coreia do Sul, Indonésia, Malásia e Tailândia, e teve como principais sintomas o crescimento respaldado por alto endividamento, alta alavancagem de bancos que não eram bem regulamentados, e por taxas de câmbio fixas em meio à déficits correntes. Já ao fim de 1998, a Rússia, que também passava por problema semelhante, anunciou

moratória, levando os mercados internacionais a se fecharem em agosto do mesmo ano (Averbug e Giambiagi, 2000).

Averbug e Giambiagi (2000) afirmam que com o fechamento dos mercados internacionais, a sustentabilidade cambial do Brasil se deteriorou, levando os formuladores de política econômica do Brasil, após o final das eleições presidenciais de 1998, a selarem um acordo de ajuda internacional com o FMI, postumamente autocriticado pela instituição, no qual o país implementaria medidas para restringir a política fiscal, mirando no controle da dívida pública do país.

Com o novo desafio de cumprir o acordo com o FMI, um modelo fiscal novo-clássico foi implementado em 1999, com a obrigatoriedade da definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e meta de superávit primário do ano 2000. O superávit primário se tornou obrigatório de ser alcançado, ao passo que as despesas discricionárias passaram a ter um papel ainda mais marginal, no qual seriam manipulados à medida que os desafios em se alcançar o superávit primário apareciam. A dificuldade de conter a deterioração das reservas cambiais, culminou no processo de mudança do regime cambial. Assim, o regime de câmbio fixo foi substituído pelo regime de câmbio flutuante. Ainda na sombra do passado inflacionário recente, também foi estipulada uma meta de inflação que deveria ser cumprida. A combinação dessas regras para cada tipo de política, formou o que ficou conhecido como tripé macroeconômico brasileiro (Lopreato, 2007).

Bresser-Pereira (2003) complementa que além desses fatores, o Plano Real teve como resultado o aumento da concentração de renda no país, o aumento do desemprego, diretamente relacionado com a reforma administrativa realizada no período, e por fim, a estagnação dos salários. Em relação ao elevado déficit público, o autor argumenta que ele não existe apenas atrelado aos gastos populistas, que eram vocalmente atacados na época, mas também ao grande pagamento de juros da dívida, que eram impulsionados pela alta taxa de juros do período, motivadas dentre outras coisas, pela âncora cambial.

Segundo Giambiagi (2002), o país conseguiu cumprir com as obrigações com o órgão internacional, contudo, devido ao reconhecimento de dívidas antigas, e da variação da dívida com a alteração da taxa de câmbio, o Brasil teve aumento da sua relação dívida/PIB entre 1999 e 2001.

Segundo dados do IPEA, ao final do ano de 2002, o Brasil apresentava relação dívida/PIB de 78,80%, cotação do dólar a R\$ 3,53/US\$, taxa Selic de 25,00%. O desemprego se mantinha elevado, aos 10,65%. A inflação também encerrava o ano em patamar de dois dígitos, aos 12,53%.

De acordo com Arantes e Lopreato (2017), a situação fiscal assumida por Lula em 2003 continuava preocupante. A medida em que a liquidez global se reduzia, o câmbio se depreciava de R\$ 2,31/US\$ no início de 2002, para R\$ 3,53/US\$. Para a solução do problema fiscal, o governo promoveu uma nova política restritiva fiscal, baseada no aumento de impostos, além de uma nova reforma previdenciária que passaria a taxar os inativos.

Após aumentar a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB para os anos de 2003-2006, o governo elevou o empenho em reduzir seus gastos, que combinado com a apreciação cambial ocorrida no período, decorrente do *boom* de fluxos de capitais estrangeiros, culminou na redução da relação dívida/PIB brasileira para 54,3% em dezembro de 2003 (Arantes e Lopreato, 2017).

Com o aumento do fluxo de capitais estrangeiros e a apreciação do câmbio, o Banco Central do Brasil (BCB) não teve que promover intervenções cambiais, assim, mantendo o regime de câmbio flutuante inalterado (Nicácio e Rossi, 2020).

Giambiagi e Tinoco (2023) apontam que o crescimento do PIB a partir de 2004, contribuiu fortemente para a redução da dívida/PIB brasileira. Outro fator importante do período, foi justamente o resultado primário, que teve média de 3,5% do PIB entre os anos de 2003 e 2006.

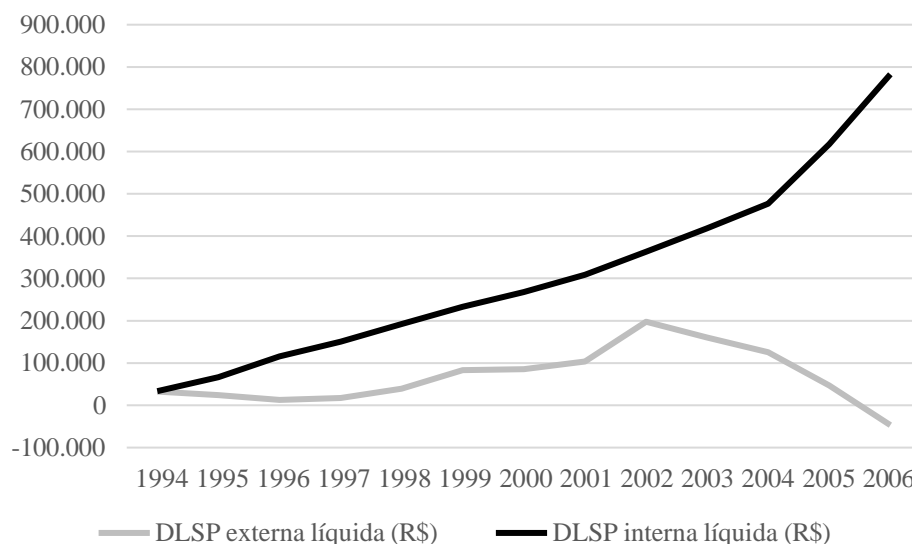
Para que o resultado primário positivo fosse obtido em 2004, o governo aumentou a carga tributária via contribuições sociais, o que não são divididas com as esferas municipais e estaduais. Desse modo, o Estado conseguiu sustentar a expansão dos gastos públicos, sem deteriorar o pagamento da dívida. No entanto, o modelo apresentado de tributação acabou por intensificar uma disfunção tributária, no qual tributava, proporcionalmente, mais a população mais pobre do Brasil (Grazziotin e Herrlein Jr, 2013).

Grazziotin e Herrlein Jr (2013) também destacam o elevado dispêndio governamental com o pagamento de juros da dívida. Os autores justificam que as decrescentes, porém altas taxas de juros no período, acabavam por acelerar o endividamento do governo, levando à déficits nominais. Com isso, entre 1999 e 2006, ocorreu um corte no investimento público em prol da realização de *superávits* primários, enquanto o pagamento de juros da dívida aumentou.

Segundo Araújo (2022), a dívida externa brasileira, que acumulou desempenhos mistos entre altas e quedas, teve sua trajetória alterada para constante queda a partir de 2003. Com o *boom* das *commodities*, fenômeno em que o preço das *commodities* agrícolas exportadas pelo Brasil se elevou, o que fez com que a captação de dólares via exportação apresentou grande aumento entre os anos de 2003 e 2006, permitindo o país a mudar sua condição de devedor para credor internacionalmente. O autor também destaca que em meio a isso, o patamar elevado da

taxa de juros ao fim da década de 1990 foi um impulsionador do aumento da dívida interna brasileira, conforme pode ser verificado na figura 4.

Figura 4 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) - Governo Federal e Banco Central (R\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Ao fim de 2006, o Brasil havia mudado o perfil da sua dívida, de uma com caráter internacional em dólar, para uma nacional utilizando moeda local. Em relação aos indicadores econômicos, o dólar se encontrava em R\$ 2,13/US\$, uma redução de 39% em relação ao final de 2002. A relação dívida/PIB se reduzira para 65,9%. A inflação havia variado 3,14%, enquanto a taxa de juros terminava o ano em 13,25%. O desemprego também havia decrescido, registrando 11,50% (IPEA, 2003). Essa mudança, sobretudo na elevação da taxa de juros, elevou as despesas do governo brasileiro com o pagamento de juros da dívida pública.

Segundo Andrade (2013), no ano de 2007 o Brasil teve aumento da renda populacional e expansão de linhas de crédito focadas apoiar o capital de giro, investimento e exportações das empresas, fatores que foram catalizadores para o aquecimento de setores como o automotivo. Além disso, o alto consumo internacional de *commodities* agrícolas continuava a impulsionar as exportações brasileiras. Visando o crescimento econômico, também foi anunciado o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), que prometia o investimento de R\$ 500 bilhões de reais até 2010.

No ano de 2008, os efeitos da crise do *subprime*¹ atingiram o Brasil, e segundo Lopreato (2014), assim como o ocorrido em outros países, colocam em dúvida a utilização da política fiscal para conter os impactos da recessão econômica, visto que, no pensamento do *mainstream* neoclássico, a utilização de políticas fiscais expansionistas não seriam eficazes.

Lima e Deus (2013) mostram que, a crise financeira internacional afetou o Brasil quando sua economia apresentava forte aquecimento. Com a forte redução das linhas de crédito internacionais, logo o mercado privado nacional também não mais oferecia crédito. No final de 2008 e início de 2009, o Brasil implementou medidas voltadas para combater o impacto da recessão. Dentre elas: (i) expansão da liquidez por meio do Estado, dado que as empresas não concediam crédito; (ii) contenção de processos de falências por aumento de liquidez; (iii) utilizar o Estado como garantidor de empréstimos, depósitos e outros; (iv) implementação de políticas expansionistas, utilizando o viés keynesiano; (v) controle do câmbio, prevenindo a economia de sofrer com a alta volatilidade cambial; e (vi) intensificação de políticas assistencialistas, como o aumento do vale alimentação e do auxílio-desemprego (Lima e Deus, 2013).

Lopreato (2023) destaca que o cenário que parecia positivo nos anos anteriores a 2008, também criou problemas para o final da década. Com os superávits primários, os quais eram acompanhados de aumentos na receita e nas despesas, veio a promoção de obrigatoriedade de certas despesas, como as do campo da educação e saúde. Após 2010, a situação se deteriorou, pois o PIB tinha dificuldade de imprimir crescimento, enquanto o governo federal se mantinha comprometido com a entrega de superávits fiscais.

Devido ao fato de a política fiscal ter sido a principal via de combate à recessão de 2008, existia certo espaço para que a visão keynesiana sobre a política fiscal ganhasse mais espaço a partir de 2009. De acordo com Dweck e Teixeira (2017), a condição assumida por Dilma em 2011, era de uma economia praticamente recuperada da crise do *subprime*, com baixa taxa de desemprego (8,5%).

No campo fiscal, a expectativa era da intensificação da política expansiva vista nos governos anteriores, sobretudo em pastas mais sociais, como educação e saúde, posto que,

¹ A crise do *subprime* teve início no ano de 2007, quando os preços dos imóveis nos EUA entraram em tendência de queda. A partir disso, a inadimplência começou a aumentar, pois os mutuários perceberam que os empréstimos tomados eram muito elevados e que a dívida imobiliária superava em muito o preço do imóvel. O problema foi agravado por bancos que ao buscarem a oferta de novos produtos financeiros, criavam produtos baseados na junção dessas hipotecas, e até mesmo títulos que eram fruto da junção de vários desses produtos. Com isso, a queda dos preços imobiliários se tornou uma crise generalizada, pois a inadimplência que ocorria na ponta do setor imobiliário, contagiaria o mercado financeiro americano como um todo (Blanchard, 2017).

apesar do comprometimento com as metas de superávit primário, elas foram reduzidas, ao passo que R\$ 25,6 bilhões destinados ao PAC foram abatidos do superávit (Chaib et.al., 2021)

Em 2012, a mudança do cenário macroeconômico global acabou por impactar mais uma vez a condução da política econômica brasileira. Dessa vez, a recuperação econômica norte americana, atrelada com a desaceleração chinesa e crise da Zona do Euro, levaram o Brasil a adotar política monetária expansionista, pautada na queda acelerada dos juros, e nova expansão fiscal (Dweck e Teixeira, 2017).

No âmbito fiscal, Melo e Rossi (2017) apontam que de fato houve ampliação dos gastos primários, e a mesma não pode ser considerada como colossal, visto que sua taxa de expansão fica próxima da taxa média de crescimento dos gastos do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e abaixo da média do governo Lula. A mudança ocorrida, se deu do lado da receita, que, segundo os autores, cresceu 1,5% entre 2010 e 2014, frente ao aumento de 3,6% em média entre 2006 e 2010.

Desse modo, considerando a trajetória de alta das despesas em linha com os períodos anteriores, a deterioração dos superávits vista entre 2012 e 2014, deve-se à redução da receita no período. Essa redução foi motivada pela estratégia neodesenvolvimentista do governo, que buscava por meio da redução da taxa de juros, e elevação de subsídios e desonerações, como as feitas em 2012 com os subsídios da gasolina e da energia, obter o aumento do investimento privado nacional no país, e assim, desenvolver a indústria interna (Melo e Rossi, 2017).

Com a falha da estratégia desenvolvimentista de alteração do “tripé macroeconômico”, acima citada, o governo se voltou mais uma vez para a teoria econômica ortodoxa, entre 2015 e 2016, numa tentativa de reaver a confiança com o mercado, tanto doméstico quanto internacional, que foi perdida com o déficit primário de 0,6% em 2014. Dentre as medidas fiscais implementadas, estavam o anúncio de novos cortes de gastos, e da recuperação de preços de combustíveis e de energia (Carneiro, 2018).

Ao passo que medidas austeras se intensificavam, o mesmo ocorria com a instabilidade política. O embate entre os poderes executivo e legislativo, culminaram na paralisação da agenda econômica até a concretização do processo de *impeachment* (Chaib et.al., 2021).

Dweck e Teixeira (2017) ressaltam que o *impeachment* ao fim do governo Dilma, estava muito mais atrelado à discordância política acerca dos poderes ganhos pelos trabalhadores ao longo dos governos Lula e Dilma, do que de um descontrole de gastos.

Com a saída de Dilma da presidência, Michel Temer assumiu o cargo, e consigo, trouxe medidas com viés neoliberal, alterando o rumo da economia brasileira. Chaib et. Al. (2021) mostram que em 2016, foi aprovado a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, que ficou

conhecida como Teto dos Gastos. A PEC 55 foi uma regra fiscal aos moldes novoclássicos, na qual se instituiu uma limitação ao crescimento real das despesas do governo por 20 anos. Os autores pontuam que a medida visava contrair a ação do estado, enquanto outras medidas desregulamentavam o mercado para abrir espaço para o meio privado. O Teto de Gastos atacava diretamente pastas como educação e saúde, limitando suas respectivas expansões.

Silva (2024) argumenta que a PEC foi, de fato, importante para a redução do déficit primário, que era crescente entre 2014 e 2016. O receio de que o teto poderia não ser cumprido, levou o governo a cortar ainda mais gastos discricionários em 2016. Uma reforma trabalhista também foi aprovada em 2017, removendo a obrigatoriedade da contribuição sindical e permitindo o trabalho intermitente. Assim, Temer conseguiu entregar a presidência ao fim de 2018 com uma situação fiscal saudável do ponto de vista neoliberal, mas enfraquecida em seu poder de ação.

Ao fim de 2018 foi eleito Jair Bolsonaro, que prometia dar continuidade às políticas neoliberais promovidas por Michel Temer. Sobrinho e Veiga (2024) destacam que sua equipe econômica era vista como liberal e fiscalista, e lutariam contra gastos públicos destinados às pautas não defendidas pelo novo líder do executivo.

Em 2019, além dos cortes nos benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida, ambos desenvolvidos nos governos petistas, também foram promovidas as reformas da previdência, trabalhista e privatizações, que buscava assegurar o cumprimento da agenda de redução das despesas do governo (Sobrinho e Veiga 2024).

No entanto, Araújo (2023) destaca que houve “furo” do teto de gastos, após o governo conseguir a aprovação da emenda constitucional que removia os recursos obtidos pela cessão onerosa de campos de petróleo, e eram cedidos à estados e municípios, dos limites do teto.

Na reforma previdenciária, foi estabelecido a idade mínima em 65 anos, além do aumento das alíquotas de contribuição e a redução do valor do benefício. Na reforma trabalhista, a precarização do trabalho ganhou espaço com a instauração da carteira de trabalho verde amarela, na qual se permitia contratos temporários de trabalho, diluição das férias e pagamento de 13º salário, e a redução da alíquota do FGTS para 2% (Silva, 2024).

No ano de 2020, com a eclosão da pandemia da Covid-19, o governo se viu forçado à expandir sua despesa, provendo um auxílio emergencial, benefício voltado para brasileiros em situação vulnerável na pandemia, além de apoio às pequenas empresas, empregos e municípios e estados. Com isso, o déficit público acelerou para 9,2% do PIB ao fim de 2020, ante 0,8% 2019 (Giambiagi e Tinoco, 2023).

A partir de 2021, a economia brasileira retomou sua atividade, ajudando a arrecadação do governo e reduzindo níveis de inadimplência, o que permitiu que o Brasil alcançasse o primeiro superávit fiscal, após 8 anos, em 2022. Contudo, mirando a vitória na eleição presidencial, o governo Bolsonaro, que antes se posicionava como liberal e contra os gastos estatais, promoveu medidas que romperam o teto de gastos, como a PEC dos Precatórios (Giambiagi e Tinoco, 2023).

Araújo (2023) ressalta que nos quatro anos de governo Bolsonaro, o teto de gastos foi ultrapassado em R\$ 800 bilhões. Além dos já mencionados “furos” de 2019 e do ocasionado pela PEC dos Precatórios, o teto foi rompido com a emenda constitucional que criava o Auxílio Brasil, programa de substituição do Bolsa Família, desoneração de impostos do etanol, gasolina, gás de cozinha e óleo diesel.

Com a volta de Lula ao poder em 2023, o regime fiscal voltou ao centro do debate. Assim como aponta Argum (2024), o modelo fiscal que perdurava desde 2016 havia falhado em estabilizar a dívida pública, o que abriu espaço para uma revisão da regra fiscal utilizada pelo país. Em meio às tentativas de contornar a necessidade de regras fiscais rígidas, a resposta encontrada foi a institucionalização do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que seguiu o princípio de utilizar mecanismos para limitar a despesa primária, apesar de mais brandos que o anterior, objetivando o combate ao déficit fiscal. A autora alerta que há certa fragilidade no NAF, visto que ele se foca apenas no controle das finanças via despesas, e não se preocupa com a receita.

Para promover o ajuste pelo lado da receita, o governo promoveu a reforma tributária no final de 2023, na qual busca simplificar a arrecadação, evitar a guerra fiscal entre estados, municípios e a federação, além de combater a sonegação. Desse modo, não apenas a receita ganha forças pela tributação, mas ao promover um sistema tributário transparente, facilita a captação de investimentos privados nacionais e internacionais para o país. Com uma maior quantidade de recursos disponíveis, o governo também é capaz de expandir suas despesas (Pugas, 2024).

O Novo Arcabouço Fiscal, aprovado em 2023, é um uma regra que segue em vigor no país, e detém diretrizes que ainda necessitam de aprovação pelo Congresso e Senado brasileiro.

3.2 O contexto fiscal nos Estados Unidos

Assim como o Brasil, que passava por problemas de déficits orçamentários desde a década de 1980, os Estados Unidos também vinham discutindo meios para reduzir o déficit nacional. Em 1990, durante a presidência de George H. W. Bush, os EUA enfrentavam diversas pressões expansionistas em seus gastos, entre elas a invasão do Kuwait pelo Iraque, ocorrida

em agosto do mesmo ano. Apesar disso, o Congresso americano aprovou um plano de redução de déficit conhecido como OBRA90, que tinha como finalidade reduzir o déficit em cerca de US\$ 500 bilhões em um espaço de cinco anos (Elmendorf, Liebman, Wilcox, 2001).

Elmendorf, Liebman e Wilcox (2001) mostram que, ao contrário dos planos elaborados na década anterior, nos quais eram determinadas metas para o déficit, que muitas vezes não eram alcançadas, dessa vez o Congresso americano documentou ações específicas voltadas para a redução do déficit. Segundo os autores, essa mudança de planejamento se tornou um modelo para planos seguintes que visavam a restrição dos gastos governamentais, em modelo semelhante ao da PEC 55 no Brasil.

Assim como Moore (1991) aponta, as especificidades da OBRA90 foram contidas no Budget Enforcement Act (BEA) de 1990, no qual dividia os gastos dos anos de 1991 até 1993 nas categorias: (i) doméstica; (ii) defesa e; (iii) discricionária. Cada uma dessas categorias possuía seu próprio teto de despesas, e caso ocorresse algum aumento discricionário, seria necessário que houvesse contrapartida dentro da mesma categoria. Entre os anos de 1994 e 1995, as três categorias foram fundidas numa única, nomeada de gastos discricionários totais, o que diverge da situação brasileira, que apesar de também possuir limitadores, não teve essa unificação dos gastos.

Em 1993, um novo pacote orçamentário foi aprovado com alto custo político para o governo democrata, que assumiu a presidência dos EUA com Bill Clinton. A razão do alto custo foi que a medida aprovada promovia novos cortes de despesas, mas dessa vez, também aumentava a cobrança de impostos para a população americana de maior renda (Frankel e Orszag, 2001).

Hayasaki (2023) pontua que junto às medidas de contenção de despesas estimadas em US\$ 473 bilhões em cinco anos (OBRA93), equivalente à 7% do PIB, classificadas tão ambiciosas quanto o que foi a OBRA 90 para 1990, Clinton defendeu novos planos de expansão do investimento, na qual a captação de recursos pelo governo seria retornada como investimento, aumentando o nível de emprego da economia. Isso se daria com a relação em que a maior captação de tributos reduziria o déficit do governo, que por sua vez, levaria a redução da taxa de juros, o que impulsionaria o investimento privado no país.

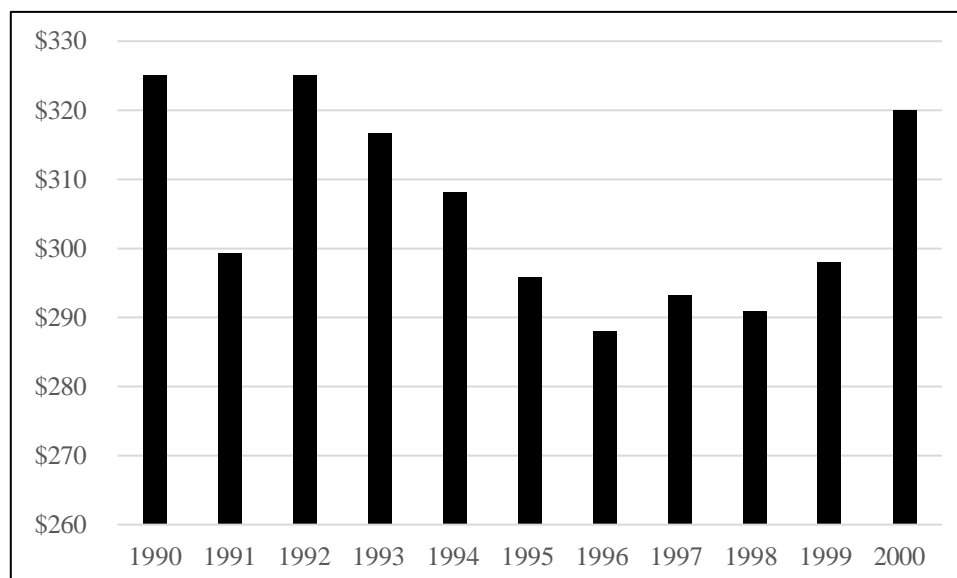
Em fevereiro de 1994, dados referentes ao mercado de trabalho americano contidos no *Nonfarm Payroll* do ano de 1993 apontava um crescimento anual de 1,9 milhões de vagas de emprego no país (Bureau of Labor Statistics, 1994).

Hayasaki (2023) também destaca que em 1994 os Republicanos conseguiram enquadrar o governo Clinton no descumprimento do limite de gastos do BEA de 1990, forçando o governo

a descartar a implementação da maioria de seus investimentos focados no longo prazo. Além disso, com a vitória nas eleições para o Congresso, os Republicanos ganharam mais poder para ir em busca de cortes de impostos.

Segundo Henderson (2015), os cortes de gastos do governo iniciados em 1990, tiveram sequência até o fim da primeira metade da década de 1990. O autor destaca que um dos principais segmentos que teve redução no orçamento, foi justamente o setor da Defesa Nacional, que perdeu prioridade com o fim da Guerra Fria. O orçamento caiu para o seu nível mais baixo em 1996, com US\$ 287,96 bilhões, conforme pode ser visto por meio da Figura 5, na qual o orçamento militar se reduziu para o menor nível, desde 1991, quando a Guerra do Golfo se encerrou. Assim, o governo Clinton permaneceu em busca da redução do *déficit*.

Figura 5 - Gastos militares dos EUA (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Mundial.

Dados de 1997 apontavam que sob a lei vigente, o *déficit* não seria revertido, e possuía margem para aumentar nos anos seguintes. Para reverter esse quadro, foi aprovado o *Budget Acts* de 1997, o qual produziria uma menor redução do *déficit*, de US\$ 200 bilhões nos próximos cinco anos, mas que levaria a um equilíbrio orçamentário em 2002 (Elmendorf, Liebman e Wilcox, 2001).

Em 1998, Bill Clinton comemorou o alcance do primeiro *superávit* desde 1969, exaltando dentre os feitos de seu governo a aprovação da controversa OBRA93 (Hayasaki, 2023).

Apesar da trajetória positiva vinda do balanço entre política fiscal e monetária com o governo Clinton, em 2001 George W. Bush foi eleito com promessas de corte de impostos vistas como herdadas de Ronald Reagan² (Cunha Filho, 2006).

De acordo com Schincariol (2018), o ano de 2001 foi marcado por crises no mercado de ações, aumento do desemprego nos EUA, e pelo ataque às Torres Gêmeas em Nova York. Para controlar a crise nas bolsas de valores e evitar que cada vez mais empresas declarassem falência, o governo Bush a partir de 2001 incentivou empresas a se tornarem mais transparentes em seus balanços, e fomentou um programa de renúncia fiscal, a qual detinha a herança liberal de reduzir o peso do Estado na economia.

Segundo Cunha Filho (2006), o projeto Republicano previa uma renúncia fiscal da ordem de US\$ 1.35 trilhão em um período de 10 anos. A lei em questão reduzia o imposto sobre heranças, alterava o imposto de renda e aumentava os créditos educativos para crianças.

Conforme pôde ser visto na figura 6, mesmo com a recuperação dos gastos com defesa em 2000, seu nível ainda era inferior em comparação à 1992. Contudo, com o ataque no dia 11 de setembro de 2001, os EUA tornam a elevar suas despesas militares, que haviam perdido espaço desde o fim da Guerra Fria. No ano de 2004, o *déficit* de US\$ 412 bilhões representando a contradição do discurso de perseguição de *superávits* fiscais não foi suficiente para evitar a reeleição de Bush (Schincariol, 2018).

Dados do FMI (2024) mostram que a dívida líquida do governo geral americano (% do PIB) saltou de 34,8% em 2001 para 48,6% ao fim de 2004, o que corroborou com a visão de descontrole gerada pela combinação de renúncias fiscais e expansão dos gastos militares motivados pelo 11 de setembro e suas decorrências.

Ao final de 2007 teve início a crise do *subprime*, que levou inúmeras empresas e instituições financeiras à falência nos anos seguintes. Campos (2010) destaca que os efeitos foram devastadores para a população americana, que sofreu com desemprego, diminuição de salários e perda de imóveis no período.

Em comparação com o ocorrido no Brasil, a crise do *subprime* foi muito mais danosa à economia americana, visto que a utilização de aparatos keynesianos de estímulo fiscal para a recuperação em períodos de crise foi utilizada em alta intensidade, com um tempo de reação eficaz.

² O governo de Ronald Reagan ocorreu entre os anos de 1981 e 1989, e foi marcado pela redução dos gastos governamentais, no fomento de uma política que buscava “tirar o governo das costas da população”, enquanto o livre mercado era incentivado (Magazzino, 2010).

Nesse ponto, as discussões do referencial bibliográfico alcançam o período inicial da base de dados utilizada, que é o ano de 2008.

A primeira medida fiscal para conter esses efeitos foi a sanção do Programa de Estabilização Financeira (TARP) em 2008, no qual foi dado US\$ 700 bilhões ao governo americano, com a finalidade da aquisição da posição do Tesouro em títulos lastreados em hipotecas, e assim, aumentar a liquidez da economia, mitigando o efeito de escassez de crédito gerado pela crise (Silva, 2017).

Schincariol (2020) também aponta a criação do *Auto Industry Financing Program* em 2008, que levou o Tesouro americano a adquirir participação em grandes montadoras americanas, como a Chrysler e General Motors, que passavam por problemas operacionais também em função da crise.

Em meio à problemática econômica/financeira, Barack Obama assumiu como o novo presidente dos EUA em 2009. Para o cargo de secretário do Tesouro, nomeia Timothy Geithner, nome bem-visto pelos grandes bancos privados americanos, que viam em Geithner o pilar necessário para passar o período de crise com maior segurança (Schincariol, 2020).

Ainda em 2009, é assinado o *American Recovery and Reinvestment Act*, que tinha como finalidade a criação e manutenção de empregos no país, estímulo da atividade econômica, e o comprometimento do governo com a responsabilidade e transparência de seus gastos. Campos (2010) argumenta que o governo buscou alcançar esses objetivos por meio da isenção de US\$ 288 milhões em taxas da população afetada, aumento do orçamento do seguro-desemprego para US\$ 224 bilhões, e a alocação de US\$ 275 bilhões em contratos federais, empréstimos e subvenções com o meio privado, que era obrigado a prestar contas sobre a utilização dos recursos.

Silva (2017) mostra que com a concretização dessas medidas, os gastos do governo federal americano saltaram de 45% do PIB no final de 2006, para 75% ao fim de 2009. Outra variável que teve forte elevação foi o desemprego, que segundo dados do FMI (2010), subiu de 4,6% em 2006 para 9,2% no final do primeiro ano de governo Obama.

Schincariol (2020) mostra que a tendência expansionista dos gastos do governo norte americano perdurou até o final do primeiro mandato Obama, que além das medidas voltadas para assegurar políticas assistenciais para a população americana, também elevou seus gastos militares para o sustento de atividades das forças armadas dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Oriente Médio. Em 2012, havia o receio por parte da população e do governo americano sobre como se daria o fim dos estímulos fiscais promovidos em 2009. Temendo um efeito recessivo, no início de 2013 foi aprovado o *American Taxpayer*

Relief Act, que elevava a necessidade de pagamento do imposto de renda para rendas superiores a US\$ 250 mil/ano.

Entre 2013 e 2016, o governo americano esteve focado em continuar promovendo redução do desemprego e do déficit público. Apesar de dados do *Budget of the U.S. Government* (2016) ressaltarem que ambos os objetivos foram alcançados, a busca pelo crescimento econômico se tornava mais relevante, principalmente pela ameaça do crescimento econômico chinês em se tornar a maior economia do mundo, após crise de 2008, conforme Zanatta (2022).

Com a entrada de Trump no poder em 2017, o governo se articulou para aprovar a *Tax Cuts and Jobs Acts* (TCJA), a qual seguindo preceitos liberais, reduzia a tributação à população como um todo, mas principalmente à parcela mais rica da população americana (Wamhoff e Gardner, 2018).

Além de medidas liberais como a TCJA, o governo Trump buscou elevar o nível de protecionismo da economia americana. Segundo Rodrigues (2017), o governo americano promoveu a ordem executiva *Buy American, Hire American* que incentivou a contratação de trabalhadores americanos, e do consumo de produtos produzidos no país.

Pautasso et al. (2021) evidenciam que as medidas protecionistas americanas tinham um foco claro no controle da expansão comercial chinês. Os autores complementam que no caso da Huawei³, uma retórica antichinesa foi utilizada para assegurar a tecnologia 5G nas mãos das empresas americanas, não apenas no território dos EUA, mas também em outros continentes. Com o pretexto do *America First*, os EUA anunciaram em 2018 a imposição de tarifas em 818 produtos de exportação chinesa, o que acarretou numa redução do déficit americano de 418,9 bilhões em 2018, para R\$ 345,6 bilhões em 2019.

As disputas dos EUA não se limitaram à guerra comercial. Uma vez que China e Rússia, países antagonistas do domínio ocidental americano, elevaram seus gastos militares e ameaçaram a dominância americana em regiões como Oriente Médio, no caso da Guerra da Síria iniciada em 2011, e Ásia, com tensões como China e Taiwan, e o programa nuclear norte-coreano, os Estados Unidos elevaram seus gastos militares em 2019 para o maior nível visto desde o fim da Guerra Fria, em 3,4% do PIB (Merino, 2021).

Com a eclosão da pandemia em 2020, o posicionamento do governo norte americano inicialmente foi proibir a entrada de pessoas que estiveram na China, além de ignorar os avisos de instituições de saúde que recomendavam o isolamento da população para evitar o contágio pela doença. Porém, preocupados com o cenário pandêmico, em março de 2020 foi decretado

³ Empresa chinesa de tecnologia.

o *lockdown* nos EUA, que foi acompanhado por um estímulo econômico na ordem de US\$ 2,2 trilhões (Parker e Stern, 2022).

Ao fim de 2020, os Democratas venceram as eleições presidenciais com Joe Biden, que teve como desafio apresentar responsabilidade fiscal em sua gestão. Após cortes de impostos nos anos interiores, e com medidas fiscais voltadas para combater os efeitos da pandemia, o governo americano buscava meios de aumentar a arrecadação e combater o desemprego (Duggan, 2020).

Ainda na esteira do combate à pandemia, houve uma nova expansão fiscal de US\$ 1,9 trilhão, que foi dividido da seguinte forma: (i) US\$ 750 bilhões destinados à estados e municípios para contenção da pandemia; (ii) US\$ 600 bilhões em auxílio para as famílias americanas; (iii) 400 bilhões em auxílio para famílias americanas em situação de vulnerabilidade, e US\$ 150 bilhões para empreendimentos (Beeding, 2023).

Com o comprometimento da administração Biden com acordos internacionais voltados para o meio ambiente, como o Tratado de Paris, o governo americano logo se comprometeu com o cumprimento da redução de 50% nas emissões de CO₂ dos EUA até 2030. Contudo, como esse é um processo custoso para a economia, principalmente em um cenário em que o *Inflation Reduction Act* (IRA), medida voltada para combater a inflação, havia sido aprovada, havia a necessidade de aumentar as formas de financiamento desse comprometimento ambiental (Von Daniels, 2024).

Assim, foi destinado em 2022 um financiamento de 10 anos no montante de US\$ 369 bilhões do orçamento federal, para o cumprimento da agenda verde. Além disso, também foram destinados US\$ 64 bilhões para o setor de saúde americano no mesmo ano. Por outro lado, para reforçar o comprometimento com a agenda fiscal, houve ainda em 2022 o planejamento de reduzir o déficit orçamentário em US\$ 300 bilhões até 2031, medida essa que passou a ser perseguida com a introdução de uma taxa com alíquota mínima de 15% sobre lucros corporativos para empresas americanas e estrangeiras (Von Daniels, 2024).

Em sua política externa, o governo Biden permaneceu em busca de assegurar a dominância americana. Com a eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia em fevereiro de 2022, os EUA se juntaram aos países europeus para ajudar o lado ucraniano. De acordo com Jatobá (2023), dos cerca de US\$ 260 bilhões enviados até outubro de 2023 à Ucrânia, 30% são provenientes dos EUA.

Ainda na esfera internacional, o governo americano promoveu o que Von Daniels (2024) nomeia de políticas coercitivas contra a China. A administração Biden seguiu impedindo, ou dificultando, avanços chineses no campo tecnológico, sobretudo no acesso

chinês aos semicondutores e maquinário voltado para a produção de chips de alta tecnologia, essenciais para mercados de veículos elétricos, *smartphones*, e até mesmo avanços militares.

Com a expansão de gastos crescente, o limite da dívida, definido pelo Departamento do Tesouro dos EUA (2024) como o máximo de empréstimos que o governo dos EUA é autorizado a realizar para cumprir suas obrigações, foi suspenso até janeiro de 2025 para evitar a inadimplência. Assim, com a falta de medidas fiscais contracionistas no ano de 2024, o cumprimento do limite da dívida se tornou algo incerto.

A continuidade das políticas de envio de recursos por parte dos EUA para a Ucrânia permanece em 2024, visto que o país segue em conflito com a Rússia, o que representa, como visto em Jatobá (2022), uma pressão expansionista para a política fiscal americana.

Desse modo, pode-se constatar que o governo americano seguiu, ao longo do período analisado, promovendo a expansão fiscal no país, priorizando o aquecimento da economia interna via taxação de produtos de concorrentes estrangeiros e aquecimento da indústria militar local, em detrimento do cumprimento de limites fiscais, como o teto da dívida.

Apesar de ser conhecido como um dos maiores indutores do liberalismo pelo mundo, os EUA se utilizaram de medidas anticíclicas para a superação das crises do *subprime* e da Covid-19, assim como feito pelo Brasil. Comparativamente, ambos países também realizaram reformas visando alteração das alíquotas de impostos cobradas, limites de gastos governamentais, e no formato de suas previdências.

4. METODOLOGIA E DADOS

Neste capítulo, serão abordadas as metodologias escolhidas para a realização da análise da trajetória fiscal do Brasil e dos Estados Unidos, países esses definidos como base de pesquisa. Além disso, serão elencadas todas as variáveis utilizadas na análise, juntamente de suas respectivas fontes.

4.1 Metodologia

De acordo com Guerra e Moura (2021), a pesquisa bibliográfica se baseia na busca, seleção e análise de materiais publicados, que levem o pesquisador a compreender os antecedentes e estado atual de seu objeto de estudo. Assim, o pesquisador poderá contribuir para o desenvolvimento do conhecimento a medida que toma conhecimento do que já existe publicado.

De Souza, De Oliveira e Alves (2021) também destacam que a pesquisa bibliográfica está inserida na pesquisa científica, e tem como finalidade a atualização do conhecimento por meio da investigação científica de materiais já publicados, como artigos científicos, teses, dissertações, livros e outros tipos de publicações.

Já a análise descritiva dos dados realizada por ambos os países possibilita que ocorra uma imersão nas razões que justificam as variações dos indicadores. Segundo Reis e Reis (2002), a análise descritiva de dados se utiliza do método de descritiva para realizar a organização, resumo e descrição das principais informações contidas nesses dados, possibilitando a comparação deles.

Rangel, Rodrigues e Mocarzel (2018) pontuam que a análise descritiva de dados é feita com base no referencial teórico presente na pesquisa, bem como com uso de dados que podem ser analisados via medidas de posição como a média e medidas de dispersão como o desvio - padrão, e deve ser exposta de maneira compreensiva para o leitor.

Assim, a utilização de ambas as estratégias providencia bases teóricas e empíricas a respeito da trajetória de despesas, como também permitem a comparação das duas economias, oportunizando assim, o cumprimento do objetivo proposto.

4.2 Dados utilizados

Primeiramente é relevante salientar que a escolha de 2008 como um ponto de partida para a avaliação se sustenta no fato de que, como mostrado previamente, tal ano representou uma inflexão para Brasil e Estados Unidos na condução de suas respectivas políticas fiscais. Já a utilização de dados até 2022 para as despesas americanas, deve-se à disponibilidade de dados

de despesas do governo por função até este ano no *Bureau of Economic Analysis*. Em razão da disponibilidade completa de dados de despesas do governo por função no Tesouro Nacional, a análise de despesas do Brasil pode ser feita até 2023.

As informações analisadas para os dois países foram as despesas com: (i) Pessoal e com Previdência; (ii) Saúde e Educação; (iii) Segurança Pública e Defesa; (iv) Serviço da dívida; (v) Subsídios e Incentivos, representadas conforme exposto no quadro 1.

Para as variáveis brasileiras, foram utilizadas as despesas e PIB em reais, deflacionados pelo IPCA, sendo apresentados em valor corrente e em percentual do PIB do respectivo ano. Já para as variáveis americanas, foram utilizadas as despesas e PIB em reais, deflacionados pelo índice de Preços ao Consumidor para todos os Consumidores Urbanos, sendo apresentados em valor corrente e em percentual do PIB do respectivo ano.

A escolha dos deflatores se deve ao fato de ambas as variáveis serem indicadores oficiais dos níveis de preços das respectivas economias.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas

Variáveis	Descrição	Fonte
Despesas com Pessoal e Encargos Pessoais no Brasil	Despesas do governo brasileiro destinadas ao pagamento de pessoas ativas ou inativas e de pensionistas em regimes especiais, em razão de suas funções exercidas e cargos ocupados.	Tesouro Nacional
Despesas com Previdência no Brasil	Despesas do governo brasileiro com o pagamento aos aposentados em regime geral, pessoas temporariamente ou permanentemente incapacitadas de trabalhar, dependentes do trabalhador falecido, e pessoas que possuem licenças como maternidade.	Tesouro Nacional
Despesas com Saúde no Brasil	Transferências do Governo Central por meio do SUS aos fundos estaduais e municipais de saúde.	Tesouro Nacional
Despesas com Educação no Brasil	Despesas educacionais discricionárias e não discricionárias do governo acrescidas dos recursos destinados ao FUNDEB.	Tesouro Nacional
Despesas com Segurança Pública e Defesa no Brasil	Despesas do governo brasileiro com o envio de recursos para as Forças Armadas e para polícias de esfera federal.	Tesouro Nacional
Despesas com Serviço da Dívida no Brasil	Despesas do governo brasileiro com o pagamento de juros da dívida pública.	Tesouro Nacional
Despesas com Subsídios no Brasil	Despesas do governo brasileiro com o pagamento de subsídios, subvenções e Proagro.	Tesouro Nacional
Despesas com Previdência nos EUA	Despesas do governo americano com o pagamento aos aposentados, viúvas, crianças elegíveis e pessoas incapacitadas permanentemente de trabalhar.	<i>Bureau of Economic Analysis</i> e FRED ⁴
Despesas com Saúde nos EUA	Despesas do governo federal americano com ajuda de custo à pacientes e investimento em métodos de prestação de serviços médicos.	<i>Bureau of Economic Analysis</i> e FRED

⁴ Federal Reserve Economic Data do Federal Reserve de ST. Louis.

Despesas com Educação nos EUA	Despesas educacionais discricionárias e não discricionárias federais com os ensinos Elementar, Secundário e Superior.	<i>Bureau of Economic Analysis e FRED</i>
Despesas com Segurança Pública e Defesa nos EUA	Despesas do governo americano com o envio de recursos para as Forças Armadas e para polícias de esfera federal.	<i>Bureau of Economic Analysis e FRED</i>
Despesas com Serviço da Dívida nos EUA	Despesas do governo americano com o pagamento de juros da dívida pública.	<i>Congressional Budget Office e FRED</i>
Despesas com Subsídios nos EUA	Despesas do governo americano com o pagamento de subsídios aos setores da Agricultura, Habitação, Porta Aviões, Transporte Marinho, Linhas Férreas, sistemas de transporte de massas e seguros de colheitas no agronegócio.	<i>Bureau of Economic Analysis e FRED</i>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tesouro Nacional, *Congressional Budget Office* e FRED.

A escolha dessas variáveis utilizadas resulta da busca de informações que estivessem ligadas à gastos sociais, como despesas com saúde e educação, que beneficiam diretamente a população de classe baixa e média. Além disso, as despesas que foram discutidas por meio da análise bibliográfica, como a despesa previdenciária por meio da reforma da previdência, também foram incluídas.

Por fim, as despesas que destacam aspectos particulares do país, como a questão dos gastos com Defesa, que apesar do Brasil também ter sua despesa com a pasta, acaba sendo muito inferior à despesa com Defesa por parte dos Estados Unidos, devido ao seu papel na geopolítica global.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo serão apresentados os dados destacados no Quadro 1, de forma conjunta com as informações provenientes da análise bibliográfica, o que permitirá a compreensão das movimentações encontradas nas variáveis durante o período analisado, que se traduzem entre 2008 e 2023 no caso do Brasil, e entre 2008 e 2022 para os Estados Unidos.

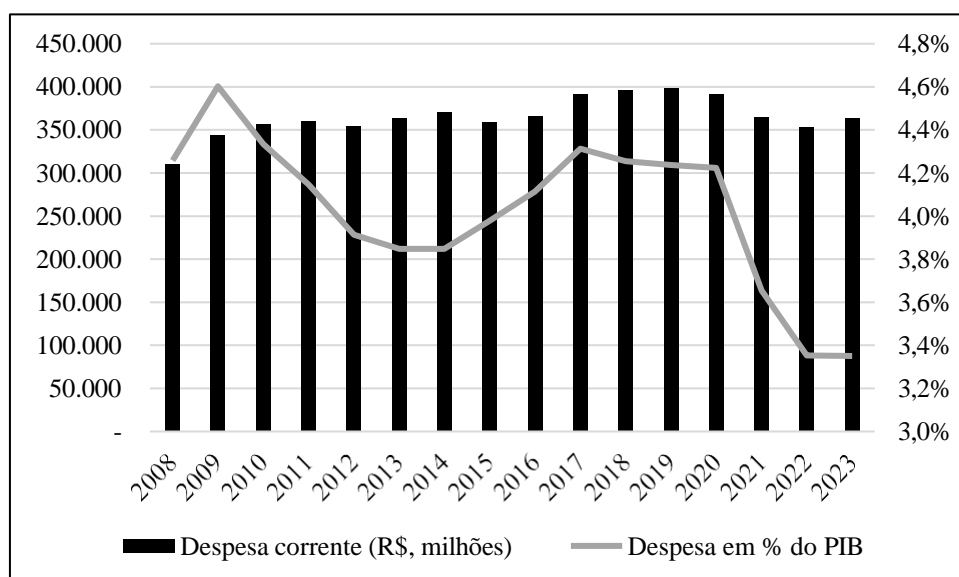
5.1 Trajetória de despesas no Brasil

As informações analisadas para o caso brasileiro, foram as despesas com: (i) Pessoal e com Previdência; (ii) Saúde e Educação; (iii) Segurança Pública e Defesa; (iv) Serviço da dívida; (v) Subsídios e Incentivos. O intuito de utilizar o Brasil como base de análise, é o de fornecer um histórico das despesas do país, comparando-as com o PIB nominal nacional, visando maiores insumos para as discussões postas acerca da utilização da política fiscal, e do caráter das despesas que o governo possui.

5.1.1 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais são definidas pelo Congresso Nacional do Brasil (2024) como as despesas destinadas ao pagamento de pessoas ativas ou inativas e de pensionistas em regimes especiais, como a aposentadoria de militares, em razão de suas funções exercidas e cargos ocupados. Na figura 6, tem-se tal despesa para o período entre 2008 e 2023.

Figura 6 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no Brasil



Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

De acordo com a Figura 6, é possível constatar a expansão do valor corrente das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no Brasil de 2008 até o seu pico em 2008. Contudo, a parcela desse valor em relação ao PIB apresenta importantes variações ao longo do período analisado. A primeira delas é a queda de sua participação a partir de 2009. De acordo com dados do Banco Mundial (2023), a queda de 0,8% da despesa em questão em porcentagem do PIB ocorreu entre 2009 e 2013, período no qual o PIB se elevou 16%, o que explica a queda na proporção da despesa pelo indicador.

Após isso, a proporção da despesa pelo PIB sofreu aumento após 2014, dessa vez num momento em que, assim como abordado por Carneiro (2018), o governo federal se voltou para a ortodoxia em prol de conseguir se adequar a metas de resultado primário, afetando o nível do PIB, e consequentemente, da despesa em questão.

A queda da despesa em percentual se deve a dois fatores: (i) aumento do PIB no período gera um “efeito denominador”; e (ii) ao represamento de recursos relacionado a contratações, aumentos salariais, e na concessão de benefícios de regimes especiais. Assim, a redução foi relacionada ao fato do governo não estar gastando os recursos.

Com a volta de Lula à presidência em 2023, medidas voltadas para a valorização de salários ocorreram, o que é refletido no aumento da despesa corrente no mesmo ano. Contudo, a expansão do PIB mitiga sua participação no total dele.

Dessa forma, tem-se que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais permaneceram acima dos 3,0% em proporção ao PIB, apesar de ter sido reduzida com governos que visavam ajustes ortodoxos na política fiscal.

5.1.2 Despesas com a Previdência

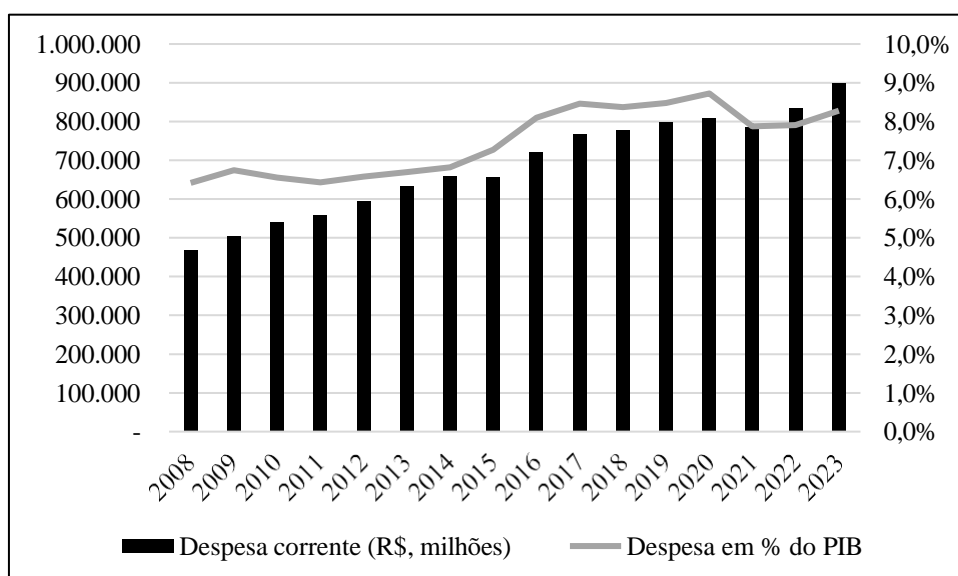
As despesas com Previdência são os gastos governamentais com o benefício social previdenciário que engloba pessoas que se aposentaram por tempo de contribuição no regime geral, ou por outras razões, como na aposentadoria especial, aposentadoria não programada e outras.

A partir da Figura 7, é possível constatar dois momentos relevantes em relação à despesa previdenciária. Entre os anos de 2014 e 2018 houve uma queda de 4,2% no PIB ao passo que as despesas com a previdência aumentaram sua representatividade de 6,8% para 8,4% do PIB. Esse movimento se deve ao caráter obrigatório do pagamento do Benefício Previdenciário por parte do Governo à população, como é assegurado pela Lei N°8.213, assim o montante pago era crescente ao passo que o PIB diminuía.

Em 2019 ocorreu a reforma previdenciária⁵, que assim como Silva (2024) destaca, permitiu o Estado a reduzir as pressões de alta nas despesas relacionadas à previdência no médio prazo, obrigando a população a contribuir mais e por mais tempo para a previdência, como no caso das mulheres, que passaram a ter que contribuir por 30 anos, mas com a condição de só se aposentar aos 62 anos, com alíquotas de contribuição que variam de 7,5% até 14% dependendo da renda.

Contudo, ela não teve impacto contábil na redução vista a partir de 2020, que se deve ao represamento de recursos ocorrido em razão da pandemia, no qual o governo não concedia benefícios à população. Na figura 7, tem-se tal despesa para o período entre 2008 e 2023.

Figura 7 - Despesas com o benefício previdenciário no Brasil



Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

Contudo, assim como mostrado pela Figura 7, a despesa previdenciária em % do PIB tornou a aumentar em 2023, o que se atrela ao envelhecimento da população brasileira e redução da taxa de fecundidade, como mostrado no Censo do IBGE (2022) e nos dados populacionais do Banco Mundial (2022), o que afeta até mesmo as projeções de despesas com a previdência presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (2024).

Assim, apesar da reforma previdenciária realizada no Brasil, a despesa aqui em questão continua sendo a maior despesa do país, e com tendências crescentes, dada a questão

⁵ Tal reforma modificou a idade mínima para aposentadoria instaurada em 65 anos no caso dos homens, e 62 anos no caso das mulheres. Instauração da progressividade das alíquotas previdenciárias e teto previdenciário de R\$ 5839,45 (Silva, 2024).

demográfica nacional, baseada em menores nascimentos e envelhecimento populacional. No entanto, permanece sendo de suma importância para a população de baixa e média renda, dados seus benefícios à pessoas que não possuem condições, mesmo que momentânea, de trabalhar.

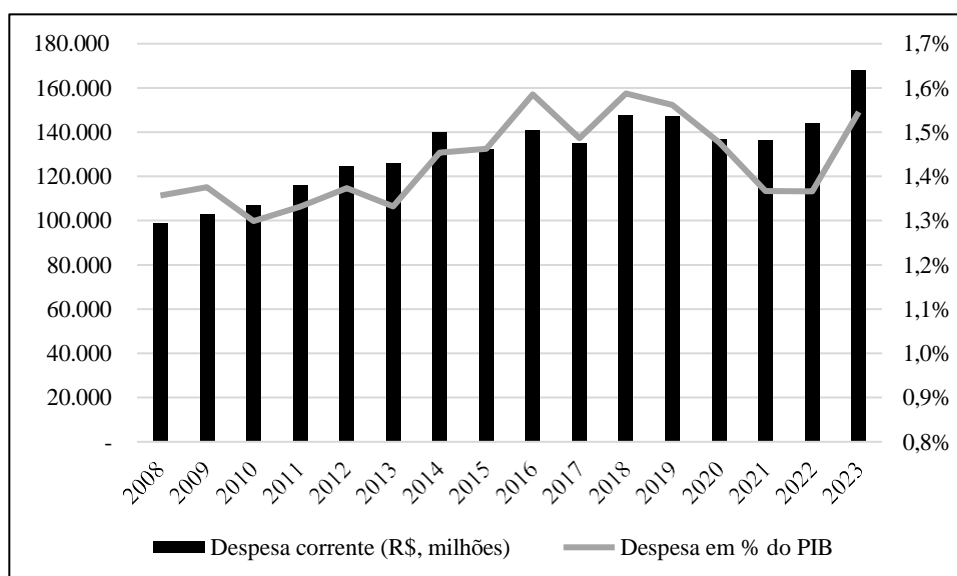
5.1.3 Despesas com Saúde

Segundo a Classificação por Funções do Governo Central (2021), as despesas com a função Saúde podem ser classificadas como as transferências do Governo Central por meio do SUS aos fundos estaduais e municipais de saúde para que os programas de Atenção Básica à Saúde (AB) e de Média e Alta Complexidade (MAC) sejam financiados.

Na Figura 8, é observado o caráter crescente das despesas correntes discricionárias e não discricionárias com saúde entre 2008 e 2019, trajetória essa que é interrompida com a eclosão da pandemia da Covid-19, na qual recursos da função saúde foram transferidos para o enfrentamento dos efeitos da pandemia no Brasil (Despesas por Função do Governo Central, 2021).

A queda no percentual de despesas com saúde em relação ao PIB até 2022 mostrada na Figura 8, também é atrelada aos efeitos pandêmicos por parte do Tribunal de Contas da União (2023). Na figura 8, tem-se tal despesa para o período entre 2008 e 2023.

Figura 8 - Despesas com função Saúde no Brasil



Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

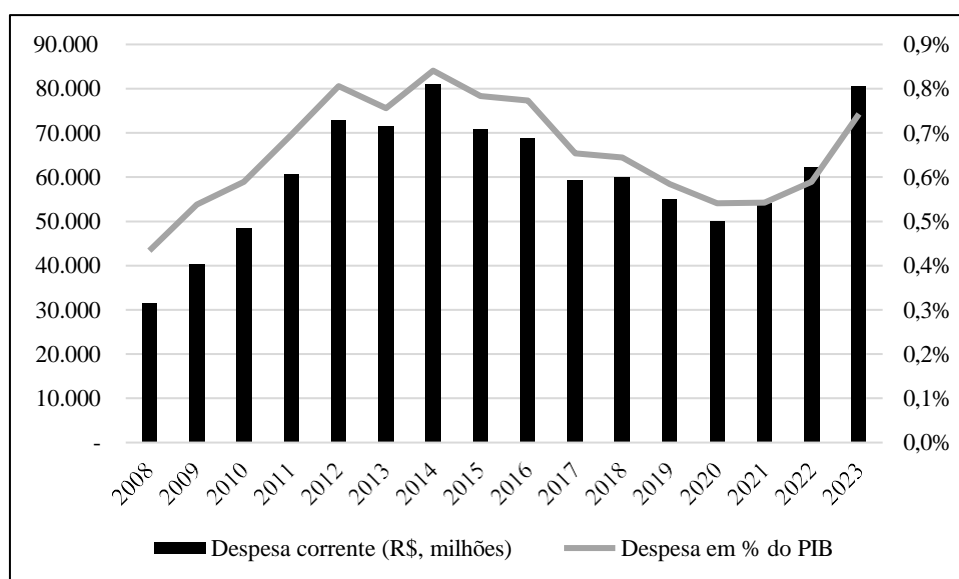
Com um nível de despesas inferior a 2% do PIB nacional, os repasses do governo para a função saúde se mostram em um patamar baixo, principalmente quando se considera que

versam sobre os serviços prestados à população em todas as formas de atendimento à saúde, que dizem respeito ao governo federal.

5.1.4 Despesas com Educação

A Figura 9 apresenta as despesas educacionais discricionárias e não discricionárias, que engloba o mínimo de despesas constitucional para a educação, acrescidas dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). A despesa do governo com salários, como o caso de professores universitários, não é considerada nas despesas com educação, mas sim nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Na figura 9, tem-se tal despesa para o período entre 2008 e 2023.

Figura 9 - Despesas governamentais com Educação e FUNDEB no Brasil



Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

O crescimento dos recursos alocados para a Educação entre os anos de 2008 e 2014 se atrela à expansão das universidades, com 18 universidades criadas entre 2003 e 2014, e institutos federais, conforme apontado por Casqueiro e Silva (2020), uma vez que o objetivo era o desenvolvimento e democratização do ensino superior no país.

A partir de 2015, a pasta da Educação teve queda dos recursos destinados pelo governo federal, em prol de ajustes ortodoxos contracionistas, que eram motivadas por questões fiscais e ideológicas, atingindo seu menor nível em 2020, de 0,6% do PIB.

Não obstante ao decréscimo de recursos destinados ao campo educacional, Silva, Hoed e Saraiva (2023) destacam o fraco desempenho do Brasil em rankings educacionais internacionais, como no Exame PISA, como no caso de apenas 1% dos alunos atingindo níveis entre cinco e seis no teste de matemática divulgado em 2018.

Após a pandemia em 2020, as despesas educacionais retomam a trajetória crescente, com destaque para a forte alta em 2023, que agora equivale a 0,8% do PIB.

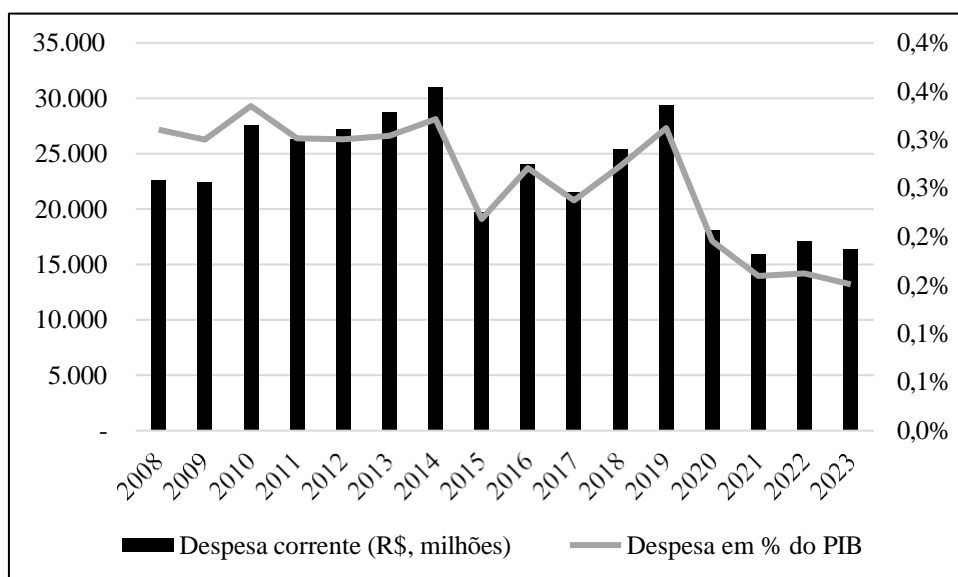
Desse modo, considerando um nível educacional brasileiro abaixo dos países da OCDE, como apontado por Silva, Hoed e Saraiva (2023), se mostra de suma importância a elevação das despesas educacionais do país, que não chegam a 1% em proporção do PIB.

5.1.5 Despesas com Segurança Pública e Defesa

As despesas com a Defesa, ou Defesa Nacional, são os gastos governamentais discricionários destinados aos comandos do Exército, Marinha, Aeronáutica, e para outros órgãos e entidades executoras, visando a proteção da soberania nacional. Já os gastos com Segurança Pública, destinam-se às polícias de esfera Federal, ministérios relacionados à segurança e outros, em busca do combate da criminalidade. O salário de policiais e militares compõem as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e portanto, não é considerado nessa despesa.

A Figura 10 exibe a expansão das despesas correntes com Segurança Pública e Defesa entre 2008 e 2014, sustentada pela violência crescente no país, representada pela conjuntura da violência letal no Brasil, conforme aponta o Atlas da Violência (2020).

No campo da defesa, além da demanda por recursos para a operação de “estabilização” do Haiti pelas tropas brasileiras à mando da ONU, como abordado por Pinheiro e Pinheiro (2024), também ocorreu, segundo a Força Aérea Brasileira (2014) a assinatura do contrato para a aquisição avaliada em R\$ 13 bilhões de 36 caças Gripen NG.

Figura 10 - Despesas com Segurança Pública e Defesa no Brasil

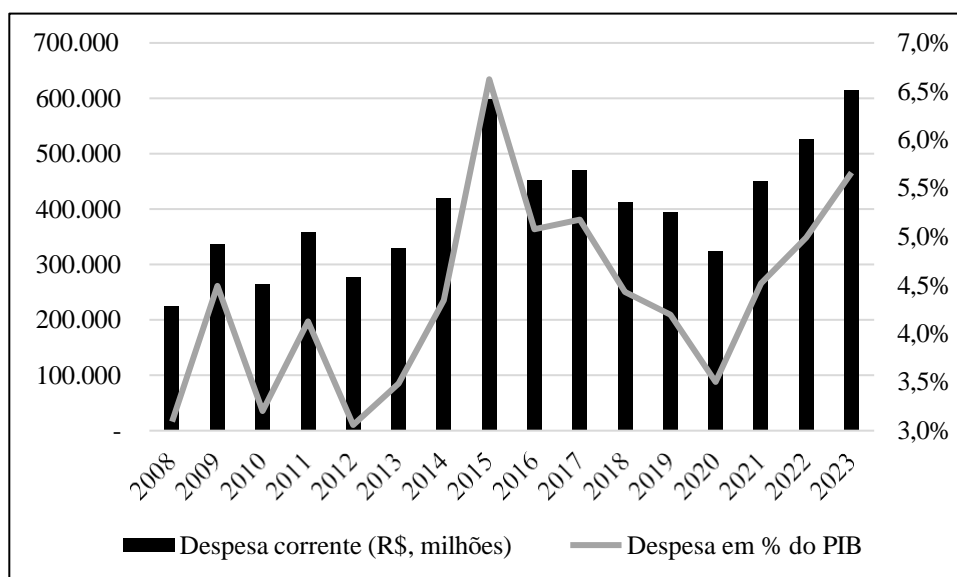
Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

Os cortes de despesas decorrentes de medidas ortodoxas afetaram as pastas de Segurança Pública e Defesa, que em 2015 atingiu seu menor valor corrente chegando a 0,2% do PIB. Entre 2018 e 2019, o governo brasileiro retomou a expansão de despesas com as pastas, que apesar da redução da violência letal para 21,7 mortes por 100 mil habitantes, como apontado pelo Atlas da Violência (2023), não teve relação com a queda do indicador, que foi afetado pela piora da qualidade dos dados. Também houve busca por modernização das forças armadas, com a compra do Porta-Helicópteros HMS Ocean da marinha britânica por R\$ 350 milhões em 2018.

Após a eclosão da pandemia em 2020, a pasta voltou a perder prioridade, estado esse que se manteve até o final de 2023. Considerando as proporções continentais do Brasil, é de suma importância que mais recursos sejam alocados para a defesa das fronteiras, e do combate à criminalidade que, como destacado pelo Atlas da Violência (2023), permanece elevado.

5.1.6 Despesas com Serviço da Dívida

As Despesas com Serviço da Dívida correspondem ao pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas. Como é apresentado na Figura 11, essa despesa possui períodos de fortes oscilações, sobretudo em relação à despesa em percentual do PIB. As oscilações podem ser explicadas por meio das alterações da taxa de juros, juntamente ao desempenho do PIB.

Figura 11 - Despesa com Serviço da Dívida no Brasil

Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

Em janeiro de 2009, por exemplo, a taxa Selic se encontrava em 12,75%, e com o impacto da crise de 2008 (crise do *subprime*), o desempenho do PIB foi negativo. Assim, o percentual da despesa em questão em relação ao PIB foi elevado. O mesmo ocorreu em 2015, quando a taxa de juros alcançou o patamar de 14,25% com queda de 3,5% do PIB, culminando na despesa atingir o patamar de 6,6% do PIB.

O inverso também ocorre, como no ano de 2020, em que a taxa Selic foi reduzida até 2,00% pelo Banco Central, com o intuito de evitar uma possível recessão econômica, reduzindo assim o pagamento de juros da dívida.

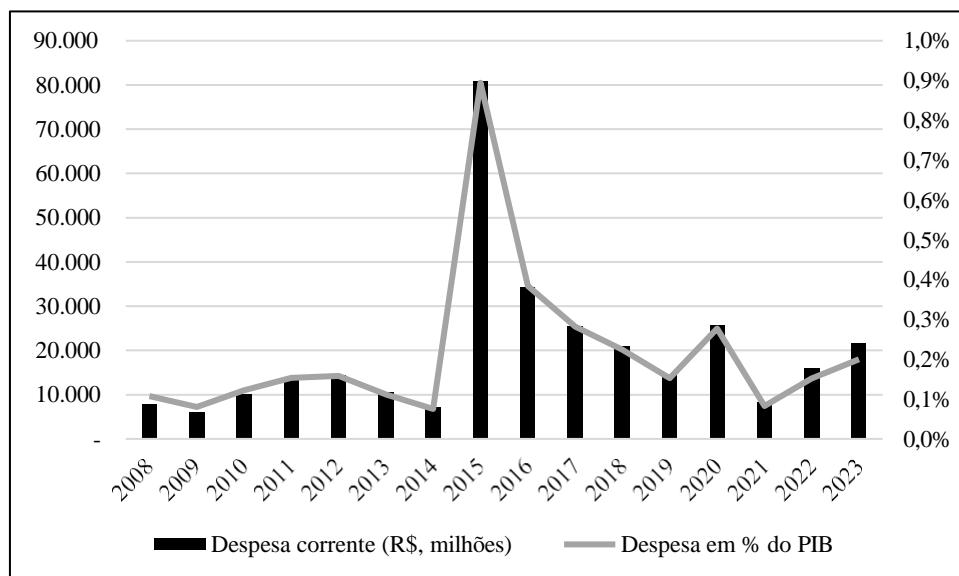
Assim, é possível constatar por meio da relação exposta na Figura 12, que a elevação da taxa de juros como medida contracionista da política monetária, acarreta a elevação da despesa com juros da dívida, como é visto em Nakano (2005). Além disso, se evidencia que a despesa com serviço da dívida é uma despesa de alta magnitude em percentual do PIB, e que a sua redução pode abrir espaço para o aumento de despesas com pautas sociais e políticas públicas de interesse direto da população.

5.1.7 Despesas com Subsídios

As Despesas com Subsídios são gastos do governo federal voltados para a redução dos preços para os consumidores, ou redução dos custos para os produtores, visando o fomento de atividades ou correção de falhas de mercado.

Em relação às Despesas com Subsídios, entre os anos de 2008 e 2014 o indicador se mantém abaixo dos 0,3% do PIB, ao passo que sua despesa corrente oscila ao longo desses anos, como é visto na Figura 12, onde se tem tal despesa para o período entre 2008 e 2023.

Figura 12 - Despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro no Brasil



Fonte: Tesouro Nacional, elaboração própria.

O cenário se alterou em 2015, quando os subsídios são elevados no governo Dilma, como destacado no capítulo 3.1, em prol de uma estratégia neodesenvolvimentista. Contudo, a falha dessa estratégia, atrelada ao desempenho negativo do PIB em 3,5%, elevou a despesa para 0,9% do PIB.

Após esse evento, os subsídios retornaram para o patamar de 0,2% do PIB, com exceção dos anos de 2020 e 2023. Com a pandemia, subsídios foram oferecidos por parte do governo federal visando evitar a ruptura econômica no Brasil, enquanto em 2023, o objetivo se voltou para a melhora dos preços nacionais. Em ambos os casos, o percentual das despesas em relação ao PIB foi de 0,3%.

No âmbito geral, considerando todas as despesas analisadas, os maiores gastos do governo brasileiro são com previdência, juros da dívida e pessoal e encargos sociais. Desses três tipos de despesa, os gastos com juros da dívida não possuem relação com o desenvolvimento de alguma área social do país, apesar de que os gastos previdenciários e com Pessoal e Encargos Sociais, estarem apenas relacionados com o pagamento à população.

5.2 Trajetória de despesas nos EUA

Devido à disponibilidade de dados do Bureau of Economic Analysis (BEA), serão analisadas as despesas: (i) Previdência, (ii) Saúde, (iii) Educação, (iv) Segurança Pública e Defesa, (v) Serviço da Dívida, e (vi) Subsídios. Além disso, também por disponibilidade de dados, as variáveis serão até o ano de 2022.

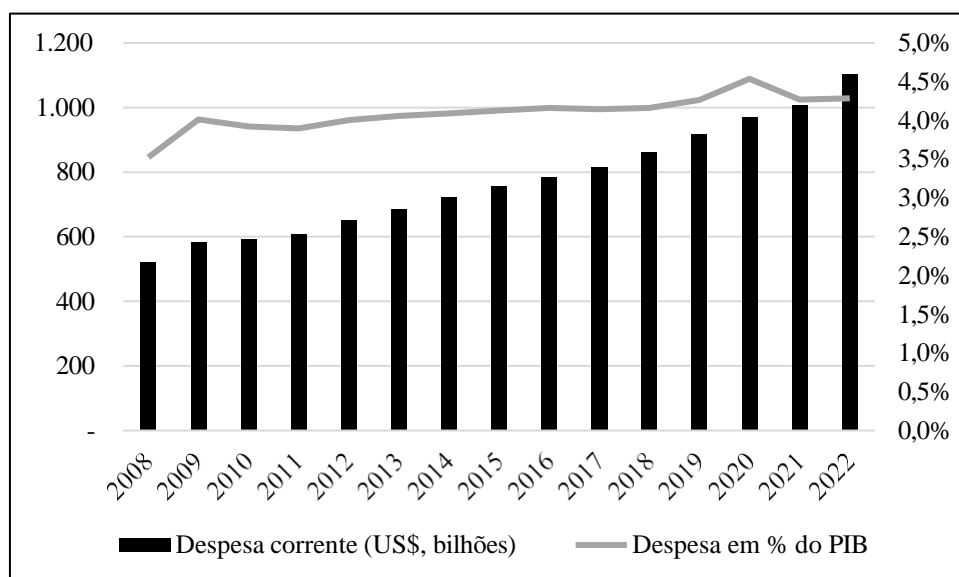
5.2.1 Despesas com a Previdência

As despesas com previdência nos EUA se baseiam, majoritariamente, no pagamento para pessoas que possuam 62 anos ou mais, e que contribuíram ao menos 10 anos com a previdência do país.

Assim como o Brasil, de acordo com o *United States Census Bureau* (2023), os Estados Unidos passam pelo processo de envelhecimento da população e desaceleração no número de nascimentos.

O *Office of Human Resources Management* (2024) aponta que o Sistema Federal de Aposentadoria, que está em vigor desde 1987, foi alterado no ano de 2013 para aliviar a problemática da diminuição da captação de recursos para a previdência, fazendo com que pessoas contratadas a partir de 2013 contribuíssem com 3,1% de seus salários, abaixo da contribuição brasileira, que varia entre 7,5% e 14%.

Contudo, dados do *Bureau of Economic Analysis* (2023) contidos na Figura 14 mostram que apesar dessas medidas, as despesas correntes com Previdência permanecem crescentes até 2022, ao passo em que a despesa previdenciária em porcentagem do PIB se manteve estável entre 3,5% e 4,5% durante o período analisado. Na figura 13, tem-se tal despesa para o período entre 2008 e 2022.

Figura 13 - Despesas com a Previdência nos EUA

Fonte: Bureau of Economic Analysis, FRED, elaboração própria.

Assim, é possível constatar que as despesas previdenciárias não são apenas um problema no Brasil, ao passo que esses gastos foram crescentes entre o período analisado nos EUA, e a questão demográfica também reforça a continuidade desse movimento. Contudo, a despesa como percentual do PIB nos EUA fica abaixo da brasileira, que varia entre 7% e 8,5% no período analisado.

5.2.2 Despesas com Saúde

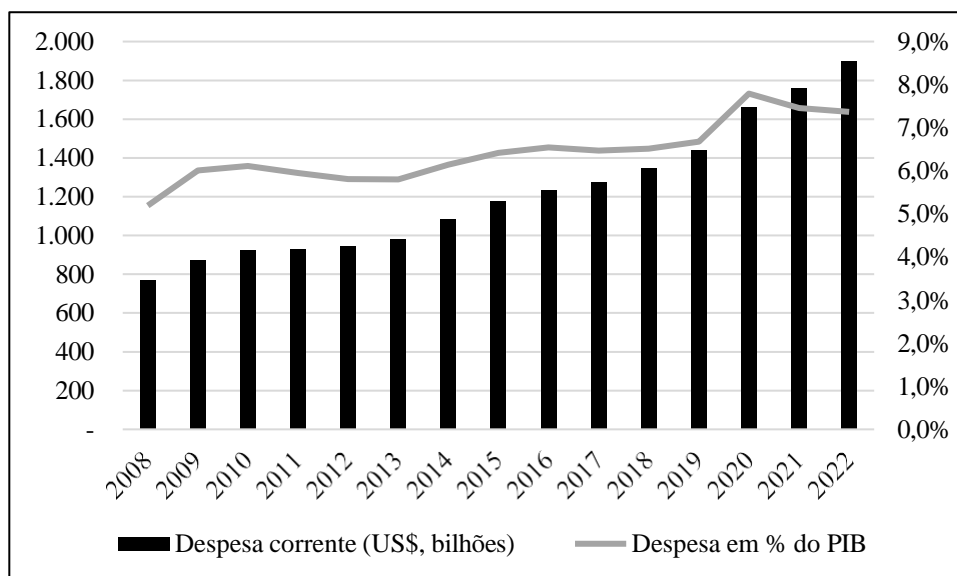
Assim como apontado pela Figura 14, as despesas com saúde seguem tendência crescente desde 2008. Contudo, o destaque de dois acontecimentos se tornou importantes nessa temática, sendo eles: (i) a criação do *Affordable Care Act* (ACA) em 2010; e (ii) a eclosão da pandemia.

A criação do ACA, aumentou a participação do governo americano no setor da saúde, ajudando a população a pagar pelos seus gastos médicos, além de incentivar inovações nos métodos de prestação de serviços médicos, culminando na elevação de 6,1% em 2010 para 6,7% em 2019, da representação da despesa de em percentual do PIB, como apontado pela Figura 15 (Department of Health & Human Services, 2024).

A eclosão da pandemia da Covid-19 em 2020 levou o governo americano a aumentar para 7,8% suas despesas com o serviço de Saúde para conter a mortalidade da doença. Com isso, o indicador se aproximou do patamar de 8% do valor nominal do PIB entre os anos de

2020 e 2022, como mostrado na Figura 14, onde se encontra a despesa em questão para o período entre 2008 e 2022.

Figura 14 - Despesas com Saúde nos EUA



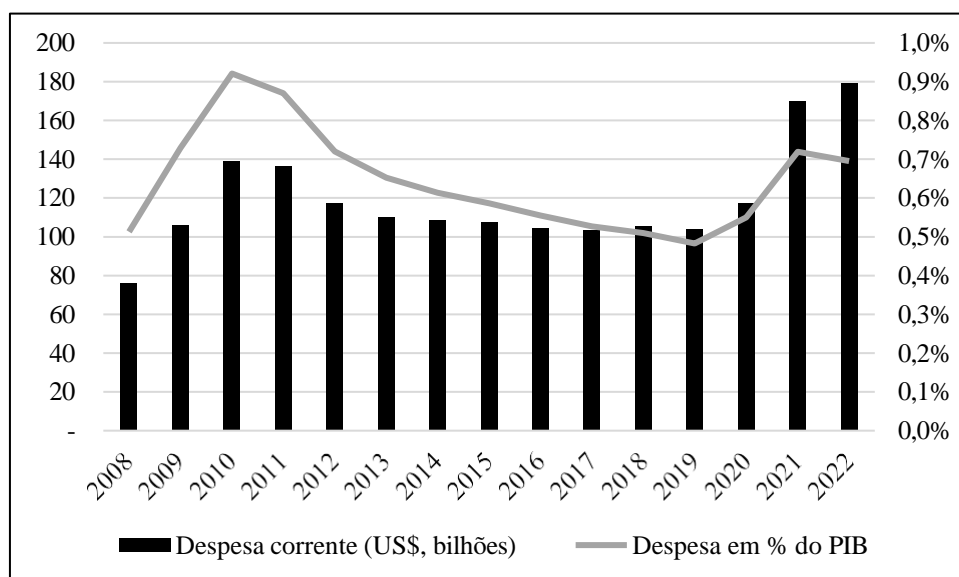
Fonte: Bureau of Economic Analysis, FRED, elaboração própria.

Assim, apesar da gama de serviços prestados pelos sistemas de saúde pública do Brasil ser maior, o governo dos EUA possui despesas com saúdes em proporção do PIB mais elevadas que a brasileira, configurando assim a maior despesa deste ente com a finalidade social.

5.2.3 Despesas com Educação

As despesas com educação nos EUA são referentes às despesas com os ensinos Elementar, Secundário e Superior no país.

Com a elevação da participação privada nesse segmento, a educação nos EUA passou, como é apontado pela Figura 15, por período de forte redução de recursos do governo federal americano alocados entre os anos de 2010 e 2020.

Figura 15 - Despesas com Educação nos EUA

Fonte: Bureau of Economic Analysis, FRED, elaboração própria.

Segundo dados do Bureau of Economic Analysis (2023), essa diminuição das despesas está relacionada, principalmente, à redução de recursos destinados ao ensino Elementar e Secundário do país, ao passo que o ensino Superior teve estabilidade no recebimento de recursos.

Entre os anos de 2021 e 2022, a Figura 15 apresenta elevação da despesa corrente com Educação, o que é sustentado pelo aumento de despesas com os ensinos Elementar e Secundário, que representavam 64% ao fim de 2022.

Assim, verifica-se que as despesas do governo americano para a pasta da educação se mostram relevantes em termos percentuais do PIB, apesar do meio privado ter forte participação nesse segmento no país.

5.2.4 Despesas com Segurança Pública e Defesa

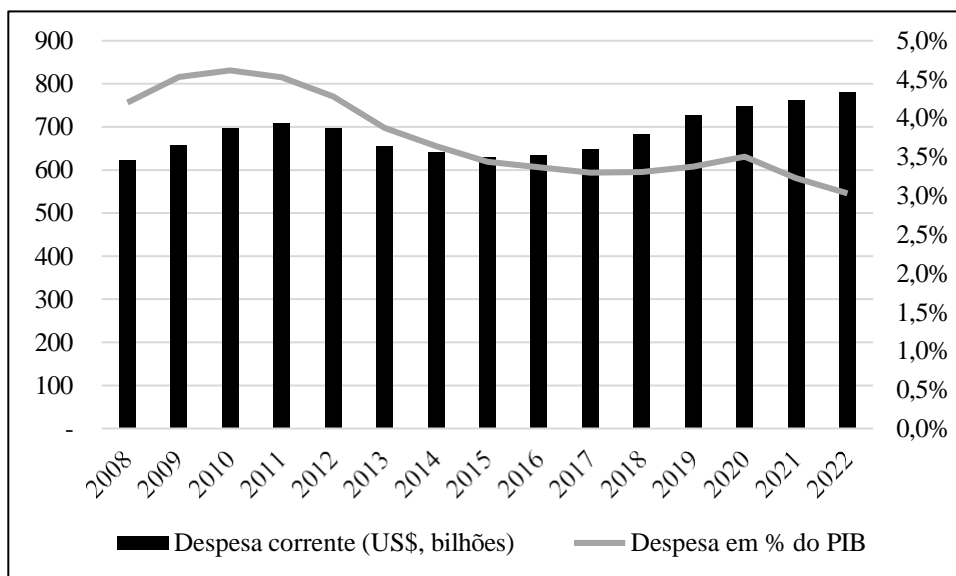
As despesas com segurança pública e defesa nos EUA, correspondem a gastos do governo federal com instituições voltadas para a defesa do país e produção de armamentos, juntamente dos gastos com as polícias federais do país que visam o combate ao crime.

Em percentual do PIB, a despesa se reduziu gradualmente do seu pico de 4,6% do PIB em 2010 para 3,0% em 2022, mas é clara a elevação das despesas correntes a partir de 2018.

A Figura 16 aponta a retomada das despesas com ambas as pastas a partir de 2018, conforme Merino (2021), que destaca a expansão de gastos militares dos EUA em resposta ao movimento semelhante de seus rivais geopolíticos, China e Rússia.

No entanto, a alta mais expressiva, de mais de US\$ 20 bilhões, foi a ocorrida em 2022, resultante da elevação de despesas militares americanas decorrentes do início da Guerra entre Rússia e Ucrânia no mesmo ano (Jatobá, 2023).

Figura 16 - Despesas com Segurança Pública e Defesa nos EUA



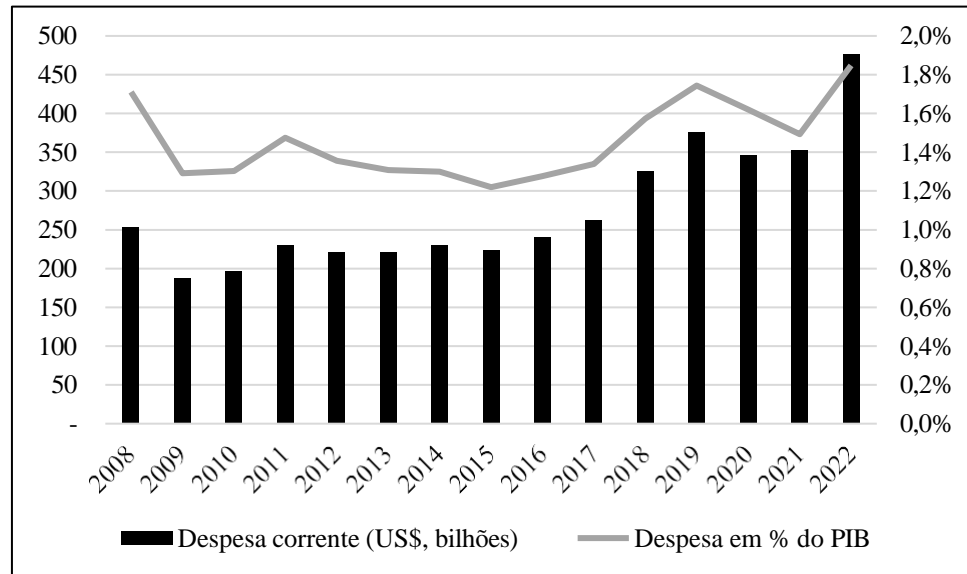
Fonte: Bureau of Economic Analysis, FRED, elaboração própria.

Dessa forma, é esperado que as despesas, sobretudo com a área de Defesa, sigam a tendência crescente nos próximos anos, em razão da disputa geopolítica dos EUA com potências militares, como China e Rússia, passando desde o desenvolvimento de sua própria força de defesa, como da proteção de países aliados, como no caso da Ucrânia.

5.2.5 Despesas com Serviço da Dívida

Diferentemente do cenário brasileiro, as despesas americanas com serviço da dívida, que também consiste no pagamento de juros das operações de crédito contratadas pelo país, não superam outros indicadores, como Saúde e Educação no quesito despesa em percentual do PIB.

O patamar baixo da taxa de juros americana, com limite máximo de 0,25% em 2010 e 1,50% em 2018, impediu que as despesas correntes tivessem forte aceleração no período. Já em 2022, o Federal Reserve elevou a taxa de juros americana para o intervalo de 5,00% e 5,25%, resultando numa aceleração das despesas correntes com Serviço da Dívida, como é visto na Figura 17, a qual possui tal despesa para o período entre 2008 e 2022.

Figura 17 - Despesas com Serviço da Dívida

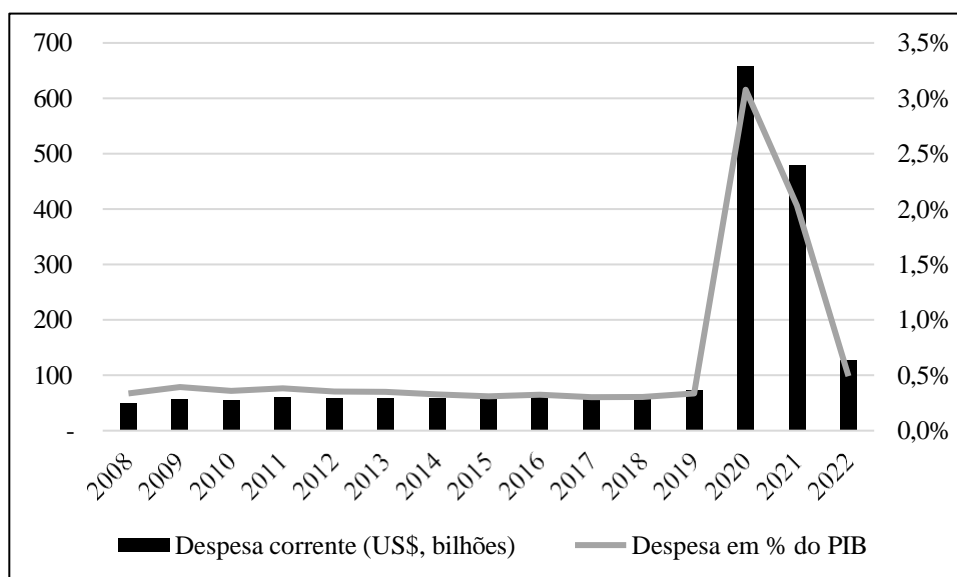
Fonte: Congressional Budget Office, FRED, elaboração própria.

Com o nível de juros menor que o brasileiro, os gastos com serviço da dívida, mesmo em períodos de política monetária restritiva, ficam abaixo do percentual do PIB gastos com essa despesa no Brasil. Considerando que esse é o tipo de despesa com menos implicações sociais, é possível constatar que tais gastos permanecendo abaixo dos 2% do PIB, possibilita a alocação de recursos em pautas como saúde e defesa.

5.2.6 Despesas com Subsídios

As despesas com subsídios são gastos do governo federal norte americano voltados para a redução dos preços para os consumidores, ou redução dos custos para os produtores, visando o fomento de atividades ou correção de falhas de mercado.

Entre os anos de 2008 e 2019, é apontado pelos dados do Bureau of Economic Analysis uma estabilidade nas despesas com Subsídios entre 0,3% e 0,4% do valor do PIB nominal americano em seu respectivo ano, conforme figura 18. Durante esses anos, os maiores recebedores de subsídios foram os setores de Agricultura e Habitação.

Figura 18 - Despesas com Subsídios nos EUA

Fonte: Bureau of Economic Analysis, FRED, elaboração própria.

O cenário se alterou entre 2020 e 2021, com a eclosão da pandemia levando o governo americano a conceder subsídios para outros setores, visando mitigar efeitos na economia do país. Em 2022, como é visto na Figura 18, há uma volta de ambos os indicadores para patamares mais próximos do cenário pré-pandêmico.

Com o contínuo desenvolvimento dos segmentos de Agricultura e Habitação, os EUA mantiveram o patamar de subsídios abaixo do nível de 1% em relação ao PIB. Contudo, a piora das condições habitacionais nos EUA, como apontado pelo *Unites States Census Bureau*, (2024), demonstram que o governo americano não está tomando medidas de combate às condições que deixam a população desabrigada.

Assim, considerando todas as despesas norte – americanas analisadas, tem-se que a maior parte dos gastos dos EUA, se dão com saúde, previdência, e defesa unida com segurança pública. Com exceção dos gastos com defesa e segurança pública, as outras duas citadas se mantiveram com crescimento em todo o período analisado, e considerando as questões demográficas já apresentadas, possuem tendência de alta. No quesito Defesa, os embates geopolíticos entre EUA e seus rivais no campo militar, representam uma pressão de elevação para o indicador.

Com base em toda a análise realizada, comparativamente, Brasil e Estados Unidos enfrentam problemas com a questão previdenciária, ao passo que o Brasil parece buscar maior influência em gastos sociais, como educação e saúde, mas não consegue contornar despesas já elevadas com pessoal, previdência e serviço da dívida.

Ademais, percebe-se que a pandemia também representou ponto de inflexão para ambas as economias, que se viram obrigadas a elevar suas despesas com subsídios para sustentar seus setores exportadores, sobretudo relacionadas ao agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo a analisar a trajetória fiscal do Brasil e dos Estados Unidos, com foco em avaliar se houve expansão ou retração dos diferentes tipos de despesas por parte do governo de ambos países.

Com base na análise descritiva de dados realizadas, foi possível observar que em relação à trajetória das despesas federais brasileiras, com exceção da variável despesas com segurança pública e defesa, há elevação das despesas como percentual do PIB entre o período de 2008 até 2023.

No entanto, os dados do Tesouro Nacional evidenciam o baixo patamar de variáveis como despesa com saúde e educação em percentual do PIB, o que mostra que mesmo com trajetória crescente entre 2008 e 2023, ainda permanecem abaixo dos 2% do PIB nacional. Apesar disso, o novo mandato presidencial iniciado em 2023 aponta, por meio do patamar de suas despesas correntes, que o país retornou de fato a uma trajetória fiscal expansionista.

O maior encargo em percentual do PIB em 2023 foram as despesas com juros da dívida, que se relaciona ao patamar elevado da taxa de juros brasileira, ressaltando assim que níveis restritivos de taxa de juros, resultam numa elevação das despesas com os juros da dívida pública brasileira.

Já no contexto fiscal norte americano, apenas as variáveis educação e subsídios não superam as brasileiras em percentual do PIB. Ao passo que o Brasil empregou 5% do valor nominal do seu PIB no pagamento de juros da dívida em 2022, os EUA, que com menor nível de taxa de juros, empregou apenas 1,8% no mesmo ano.

Outro ponto destoante entre as economias, é o nível de despesas com segurança pública e defesa, que devido ao fato dos Estados Unidos buscarem a manutenção da sua soberania militar internacionalmente, sobretudo frente à China e Rússia, fato que leva o governo americano a aumentar ainda mais o seu já elevado nível de despesas com a pasta da Defesa do país.

Desse modo, é possível constatar que houve, de fato, elevação dos gastos sociais com previdência, saúde e educação em ambos os países. Porém, o patamar empregado por parte do Brasil fica abaixo do empregado pelo governo americano, durante o período analisado, indicando que, apesar da defesa por parte de defensores de ajustes ortodoxos contracionistas, as despesas brasileiras ainda são baixas nesses segmentos e precisam ser elevadas para o alcance de melhores serviços prestados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Thiago Felipe Ramos de et al. Eficácia da política fiscal no Brasil: uma abordagem SVAR identificado com restrições de sinais e de zeros. 2017.

ANDRADE, Amanda Lima de. A política fiscal no Governo Lula (2003-2010) e suas consequências na economia brasileira. 2013.

ARANTES, Flávio; CAZEIRO LOPREATO, Francisco Luiz. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do plano real ao segundo governo Lula. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2018.

ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Texto para discussão sobre o Desenvolvimento, CICEF**, n. 1, p. 1-31, 2023.

ARAÚJO, Vinícius Ferreira et al. Gastos do governo e ciclos econômicos: uma análise da política fiscal brasileira pós-plano real. 2022.

ARIENTI, W. L. A teoria tributária de Adam Smith: uma revisão. *Textos de Economia*, v. 2, n. 1, p. 43-58, jan. 1987.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro, 13a edição. **São Paulo, Editora Atlas SA**, 2015.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BANCO MUNDIAL - FMI. Data Commons: Brazil. Disponível em: https://datacommons.org/place/country/BRA?utm_medium=explore&mprop=fertilityRate&popt=Person&cpv=gender,Female&hl=en. Acesso em: 28 ago. 2024.

BEEDING, Cassidy. President Joe Biden: We're Halfway There, America. 2023.

BLANCHARD, O. Macroeconomia; tradução Sônia Midori Yamamoto. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia do Brasil pós-1994. **Análise Econômica**, v. 21, n. 40, 2003.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. Financial report. Disponível em: <https://fiscal.treasury.gov/files/reports-statements/financial-report/cfs-1994.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. **Para além da política econômica. São Paulo: Editora unesp Digital**, p. 11-54, 2018.

CARVALHO, F. J. J. C. de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. *Análise Econômica*, v. 26, n. 50, 2009. DOI: 10.22456/2176-5456.10906. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10906>. Acesso em: 14 fev. 2024.

IBGE. Censo 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20total%20de,7%2C4%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CHAIB, Daiana Chaukat et al. A política fiscal no Brasil entre 2003 e 2018: uma interpretação pós-keynesiana. **A Economia em Revista**, 2021.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **O Partido Republicano e a Questão Tributária: um estudo de caso sobre os cortes de impostos de George W. Bush (2001-2004)**. 2006. Tese de Doutorado.

DE ABREU GRAZZIOTIN, Henrique; HERRLEIN JR, Ronaldo. Para entender a questão fiscal brasileira: uma abordagem não ortodoxa da Política Fiscal pós-Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 40, n. 2, 2013.

DE LUNETTA, Avaetê; GUERRA, Rodrigues; DE MOURA, Dayvison Bandeira. A CHAVE PARA O CONHECIMENTO: DESVENDANDO OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA EM PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 3, p. 597-604, 2021.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DEPARTMENT OF HEALTH & HUMAN SERVICES. Affordable Care Act. Disponível em: <https://www.healthcare.gov/glossary/affordable-care-act/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para discussão**, v. 1, n. 303, p. 01-42, 2017.

ELMENDORF, Douglas; LIEBMAN, Jeffrey B.; WILCOX, David W. Fiscal policy and social security policy during the 1990s. 2001.

FRANKEL, Jeffrey A.; ORSZAG, Peter R. (Ed.). **American economic policy in the 1990s**. Mit Press, 2002.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. Fiscal policy: taking and giving away. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/Series/Back-to-Basics/Fiscal-Policy>. Acesso em: 6 dez. 2023.

GENTIL, D. L. A política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social brasileira—análise financeira do período 1990–2005. **Rio de Janeiro, RJ: UFRJ**, 2006.

GIAMBIAGI, F.; ALEM, A.; PINTO, S. G. Finanças públicas. **Elsevier Brasil**, São Paulo, 1. ed., 2017.

GIAMBIAGI, Fabio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: Qual é o limite para o aumento do gasto público?. **Planejamento e políticas públicas**, n. 27, 2004.
GIAMBIAGI, Fabio. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso-1995/2002. 2002.

GIAMBIAGI, Fabio; HORTA, Guilherme Tinoco de Lima. Política fiscal no Brasil de 1981 a 2023: uma retrospectiva histórica. **BNDES**, 2023.

HAYASAKI, Seito. The Unlikely Heroes of Progressive Taxation: CEOs' Support for Bill Clinton's Tax Increase Package in 1993. **journal of policy history**, v. 35, n. 2, p. 219-253, 2023.

HENDERSON, David. US Federal Budget Restraint in the 1990s: A Success Story. **MERCATUS RESEARCH**, 2015.

HERMANN, Jennifer et al. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990-2000. **XXXIV Encontro Nacional de Economia**, 2006.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima. Regras fiscais no Brasil: uma análise da PEC 241. 2017.

JATOBÁ, Daniel. Dois anos de Guerra na Ucrânia: emergência e repercussões internacionais do conflito. 2023. Disponível em:
http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v6_n1_mar_2024/JATOB_BolUcr.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

JORGE, Caroline Teixeira; MARTINS, Norberto Montani. Política fiscal e a desaceleração da economia brasileira no governo Dilma (2010-2012). **Instituto de Economia UFRG. Texto Para Discussão**, v. 13, 2013.

KOTZ, David. Neoliberalism and the US Economic Expansion of the '90s. **MONTHLY REVIEW-NEW YORK-**, v. 54, n. 11, p. 15-33, 2003.

KUMAR, Manmohan et al. Fiscal rules—anchoring expectations for sustainable public finances. **IMF staff paper**, Washington DC, 2009.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

LLEDÓ, Victor; YOON, Sungwook; FANG, Xiangming; MBAYE, Samba; KIM, Young. Fiscal Rules at a Glance. International Monetary Fund, 2017.

LOPREATO, Francisco L. C. Milton Friedman e a efetividade da política fiscal. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, p. 201-220, 2013. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1415-98482013000200001>. Acesso em: 05 abr. 2024.

LOPREATO, Francisco LC. A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento. **Texto para discussão**, n. 131, 2007.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Crise econômica e política fiscal: os desdobramentos recentes da visão convencional. 2014.

LOPREATO, Francisco Luiz C. O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. Campinas: Unicamp. IE, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1749/texto119.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MACEDO, Samuel Dourado de. Política fiscal e ciclos econômicos: evidências para a economia brasileira. 2023.

MACIEL, P. J. Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 47, p. 1213-1241, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/qRsvHf8WRRfydJnwhCxwC5Q/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MAGAZZINO, Cosimo. The Economic Policy of Ronald Reagan. Between Supply-Side and Keynesianism. 2010.

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Texto para discussão**, v. 309, 2017.

MERINO, Gabriel E. LA PANDEMIA Y LA ACELERACIÓN DEL DECLIVE DE ESTADOS UNIDOS. **EL LEGADO DE**, p. 53.

MORETTI, Bruno; LÉLIS, Marcos TC. Economia clássica e novo-clássica versus Keynes e pós-keynesianos: um debate ontológico. **Ensaio FEE**, v. 28, n. 1, 2008.

MOURA, Renilda de Almeida. Princípios contábeis aplicados à contabilidade governamental: uma abordagem comparativa Brasil-Estados Unidos. 2003.

NAKAHODO, Sidney Nakao; SAVOIA, José Roberto. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 45-58, 2008.

NAKANO, Yoshiaki. O regime monetário, a dívida pública e a alta taxa de juros. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 59, n. 11, p. 10-12, 2005.

NICÁCIO, Ana Carolina; ROSSI, Pedro. Fases da política cambial no Brasil de 1999 a 2018. **A Economia em Revista**, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020.

Office of Human Resources Management. Federal Employee System. Disponível em: <https://www.commerce.gov/hr/employees/benefits/retirement/federal-employee-system>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U.; SILVA, N. A. De Smith ao Neoliberalismo: um ensaio sobre o papel do Estado na economia capitalista. *Revista Unioeste/MCR*, v. 12, n. 23, p. 89-99, 2º sem. 2012. ISSN 1679-348X. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2584>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PARKER, Charles F.; STERN, Eric K. The trump administration and the COVID-19 crisis: exploring the warning-response problems and missed opportunities of a public health emergency. **Public administration**, v. 100, n. 3, p. 616-632, 2022.

PAUTASSO, Diego et al. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. e1122-e1122, 2021.

PINHEIRO, Juliana Sandi; PINHEIRO, Danielle Sandi. Social Power and Stabilization Strategies: A Case Study of Brazilian Troops Deployment in Haiti. **ERUDITIO**, p. 71, 2024.

PUGAS, Luiza Alves; DE OLIVEIRA JURUBEBA, Fernanda Matos Fernandes. IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO CENÁRIO FISCAL BRASILEIRO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 5271-5287, 2024.

RAMOS, Ana Paula. A Política Fiscal do Plano Real e o Ajuste Fiscal para 1999/2001. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 21, n. 4, p. 654-672, 2001.

RANGEL, Mary; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; MOCARZEL, Marcelo. Fundamentos e princípios das opções metodológicas: Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. **Omnia**, v. 8, n. 2, p. 5-11, 2018.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. Análise descritiva de dados. **Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**, v. 1, 2002.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O início da Era Trump: isolacionismo econômico e intervencionismo militar. **Boletim de Conjuntura-Lehc. Rio de Janeiro**, p. 15-26, 2017.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. Políticas econômicas dos Estados Unidos na administração George W. Bush (2001-2008). **Crítica Histórica, Alagoas, ano IX**, n. 17, p. 275-304, 2018.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. Uma análise histórico-econômica das políticas do primeiro governo de Barack Obama nos Estados Unidos, 2009-2012. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 22, p. 366-397, 2020.

SHKLIAREVSKY, Gennady. **Made in America: The Debt Crisis USA**. SSRN, 2023.

SILVA, Alexsander Figueiredo; HOED, Raphael Magalhães; SARAIVA, Pedro Fábio. Comparação entre a educação brasileira e a de países com bons resultados no exame do PISA: um estudo a partir da Talis. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 02, p. e899-e899, 2023.

SILVA, José Alderir. A Terceira Década Perdida da Economia Brasileira: os anos de 2010 a 2019. **Revista de Economía del Caribe**, n. 33, 2024.

SILVA, Thiago Silveira da. A crise de 1929 e a crise do subprime: uma análise comparativa da economia dos Estados Unidos. 2017.

SIQUEIRA, Fernando de Faria. **Política fiscal e ciclo político no Brasil: uma análise empírica**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOBRINHO, Jodeylson Islony Lima; DA VEIGA, Gabriel. A retrógrada gestão de Bolsonaro e as consequências na política nacional de assistência social: Do desmonte à crise. **Revista Goitacá**, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2024.

TOSCHI, B.; CARDOSO, L. H. S. A política fiscal e o incentivo a investir em Keynes. IX Encontro Científico do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNESP, Araraquara, 2022. Disponível em:
<https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/economiapolitica/2022-Bruno-Toschi-e-Luiz-Henrique-Cardoso-A-pol%C3%ADtica-fiscal.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Table 3.1. Government current receipts and expenditures. Disponível em:
<https://apps.bea.gov/iTable/?reqid=19&step=3&isuri=1&1921=survey&1903=86>. Acesso em: 12 ago. 2024.

U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Table 3.16. Government current expenditures by function. Disponível em:
https://apps.bea.gov/iTable/?reqid=19&step=2&isuri=1&categories=survey&_gl=1*j9mic4*_ga*odcwntc4odg2lje3mjm0nzk0otg.*_ga_j4698jnnft*mtcyndiwmzywmc41ljeumtcyndiwmzg4ny40oc4wlja.#eyjhchbpzci6mthsinn0zxbzjpbmswyldndlcjkyxrhihpbwyjjyxrhz29yawvziiwui3vydmv5i10swyjosvbbx1rhymxlx0xpc3qilcixmtkixv19. Acesso em: 21 ago. 2024.

U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS. Consumer Price Index. Disponível em:
<https://fred.stlouisfed.org/series/CPIAUCSL>. Acesso em: 15 set. 2024.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. Aging United States population: fewer children in 2020. Disponível em: <https://www.census.gov/library/stories/2023/05/aging-united-states-population-fewer-children-in-2020.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. Living in shelters. Disponível em:
<https://www.census.gov/library/stories/2024/02/living-in-shelters.html>. Acesso em: 28 ago. 2024.

VILELLA, Caio; VAZ, Camila. Regras fiscais no Brasil: prática e teoria. **Rio de Janeiro**, 2021.

VON DANIELS, Laura. Economy and national security: US foreign economic policy under Trump and Biden. **SWP Research Paper**, 2024.

WAMHOFF, Steve; GARDNER, Matthew. Federal tax cuts in the Bush, Obama, and Trump years. **Washington, DC: Institute on Taxation and Economic Policy**. Acesso em:
<https://itep.org/federal-tax-cuts-in-the-bush-obama-and-trump-years>, 2018.

ZANATTA, Laura Hofstetter. Can we? Obama e a hegemonia norte-americana. 2022.